



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Relatório da Correição Geral Ordinária

Corregedoria Geral da Justiça
Corregedor-Geral da Justiça: Desembargador Samoel Evangelista
Juiz-Auxiliar: Alex Ferreira Oivane





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Unidade Judiciária:

Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira

Magistrado Titular: Eder Jacoboski Viegas

Período de Correição Eletrônica: 29 de Julho a 02 de Agosto de 2024

Data da Visita Técnica: 21 de Agosto de 2024



DA CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA:

Consiste em Procedimento instaurado para fins de realização da Correição Geral Ordinária, concernente ao ano de 2024 perante a Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira, designada em atendimento ao Provimento nº 16, de 30 de Agosto de 2016, artigo 40, § 2º, da Lei Estadual nº 221/2010, bem como em consonância aos comandos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Neste diapasão, como instrumento de Auxílio, Fiscalização e Orientação, procede-se análise do quadro situacional da Unidade Judiciária em espeque, de modo que, por meio de dados específicos, sejam avaliadas e perquiridas eventuais necessidades de aperfeiçoamentos administrativos e jurisdicionais.

No mesmo contexto, há de se ressaltar a contínua necessidade de alinhamento aos comandos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como aos demais preceitos legais, o que demonstra a extremada relevância às Recomendações encartadas no presente Relatório.

Diante do narrado, em consonância aos termos do Provimento nº 16/2016, expediu-se a Portaria n.º 01, publicada no Diário da Justiça nº 7.456, págs. 117/118, de 11 de Janeiro de 2024, alterada, em parte, pela Portaria n.º 21, de 02 de Julho de 2024, designando-se os dias 29 de Julho a 02 de Agosto de 2024, para a realização da Correição Geral Ordinária perante à Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira.



DA METODOLOGIA UTILIZADA:

Por todo o exposto, no que tange à metodologia e respectivos Sistemas utilizados, a extração dos dados processuais, deu-se na modalidade eletrônica, notadamente por meio dos Sistemas de Automação da Justiça - SAJ/EST, SAJ/PG5, SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado, endereço eletrônico <https://coger.tjac.jus.br/metabase/>, painel Datajud Estatísticas do Poder Judiciário (cnj.jus.br), bem como em acesso ao painel de Metas Nacionais, constante do endereço eletrônico Poder Judiciário do Estado do Acre | Metas Nacionais (tjac.jus.br).

Nesta senda, afora dados gerais, avaliação de Produtividade e cumprimento das Metas Nacionais, busca-se identificar paralisações, avaliando-se as filas da Unidade Judiciária.

Para tanto, avalia-se:

- a. Processos paralisados há mais de 60 (sessenta) dias nas filas da Secretaria;*
- b. Constantes do Bloco em andamento sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias;*
- c. Conclusos há mais de 100 (cem) dias;*
- d. Cautelares e Liminares pendentes de apreciação;*
- e. Processos com pendências de incidentes vencidas no SEEU;*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

- f. *Verificação por amostragem aos processos suspensos;*
- g. *Bloco de Mandados pendentes de cumprimento com prazo superior a 30 (trinta) dias;*
- h. *Verificação por amostragem na fila de processos Aguardando Designação e Realização de Audiências;*
- i. *Processos com Presos Provisórios há mais de 91 (noventa e um) dias que não contenham emissão de Atos do Magistrado;*
- j. *Bem como eventuais inconsistências de movimentação e outros dados que esta Corregedoria reputar necessários para fins de avaliação.*

Outrossim, previamente ao período de Correição, encaminha-se Formulário Eletrônico a ser preenchido pela Unidade Judiciária, o qual possui por escopo, obter informações gerais acerca do funcionamento interno da Unidade.

Deste modo, por meio do Formulário, tem-se dados concernentes à Servidores, Estrutura, Equipamentos, Organização Interna, dentre outros pontos que restam impossibilitados de obtenção por meio do Sistema de Automação.

Em contínuo, e levando-se em consideração a data designada, esta Corregedoria realizará Visita Técnica no âmbito da Unidade sob análise.



DOS PROCESSOS PARALISADOS:

Nesse ínterim, no que pertine às paralisações:

*a. **Processos conclusos:** Depreende-se a inexistência de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;*

*b. **Medidas Cautelares pendentes de apreciação:** No que tange às medidas cautelares, dessume-se a existência de 02 (dois) processos pendentes de apreciação, até a data de extração dos dados;*

*c. **Filas de Trabalho da Secretaria:** De outra banda, no tocante às filas de trabalho da Secretaria, denota-se existência de 57 (cinquenta e sete) processos paralisados por período superior a 60 (sessenta) dias, o que representa ↘ **Redução** em 56,82%, se comparado à Correição do ano anterior;*

*d. **Blocos em andamento sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias:** Constata-se a existência de 15 (quinze) processos paralisados; ↗ **Aumento** em 66,67%, se comparado à Correição do ano anterior;*

*e. **Pendências de Incidentes Vencidos no âmbito do SEEU:** Denota-se a não incidência de processos; ↘ **Redução** em 100,00%, se comparado à Correição do ano anterior; Acrescente-se que as pendências de incidentes vencidos no âmbito do SEEU, afóra as disposições legais acerca das progressões de pena, seguem avaliadas mensalmente pelo Conselho Nacional de Justiça para fins de*



pontuação no Selo de Qualidade, com apuração realizada no dia 30 de cada mês.

*f. **Processos Suspensos:** No que pertine aos Processos Suspensos, dos feitos avaliados, deduz-se processo em que já decorreu o prazo de suspensão. No entanto, permanecem suspensos.*

Deste modo, recomenda-se o monitoramento da fila sob análise, de maneira a obstar a incidência de processos em que já transcorreu o prazo de suspensão;

*g. **Filas Atos Urgentes:** Depreende-se processo paralisado há mais de 60 (sessenta) dias na fila de atos urgentes, apontando a inobservância da urgência que a medida requer.*

Outrossim, recomenda-se observância no tocante ao uso de filas específicas, de maneira que só se mantenha feitos na fila de “atos urgentes” para as hipóteses em que há efetiva urgência.

Provimento Conjunto nº 05/2023 – Dispõe sobre o processamento das medidas protetivas de urgência:

Trata-se de normativo concernente ao processamento das Medidas Protetivas de Urgência deferidas, o qual consigna-se para fins de ciência da Unidade.

Deste modo, dispõe nos seguintes moldes:

(...) “Art. 2º Deferida totalmente a medida protetiva de urgência (código vinculado à árvore 11423) ou parcial (código vinculado à árvore 11424), após o cumprimento das diligências, o processo deverá ser encerrado por decisão (código vinculado à árvore 14702) e imediatamente arquivado,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

recebendo a movimentação de arquivamento (código 246). Após a movimentação de arquivamento (código 246), deverá o feito ser movido para a fila “medida protetiva arquivada provisoriamente”, pelo prazo de 06 (seis) meses.

§ 1º Indeferida a medida protetiva de urgência (código vinculado à árvore 11425), após o cumprimento das diligências necessárias, o processo deverá ser encerrado por decisão (código vinculado à árvore 14702) e imediatamente arquivado de forma definitiva, recebendo a movimentação de arquivamento (código 246).

§ 2º Havendo inquérito policial ou ação penal em tramitação, o juiz determinará o traslado da decisão para o processo principal e procederá à alteração de fila da medida protetiva para o arquivamento definitivo (código 246).

§ 3º Decorrido o prazo referente ao arquivamento provisório e não havendo fatos que fundamentem a concessão de novas medidas protetivas, o procedimento será arquivado definitivamente.

§ 4º Persistindo o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida, ou de seus dependentes, o juiz de primeiro grau poderá conceder novas medidas protetivas de urgência ou reaver aquelas já concedidas, determinado o desarquivamento do processo para promover as deliberações necessárias.

Art. 2º Se durante o prazo determinado no art. 1º ocorrer o arquivamento do inquérito policial ou a extinção da punibilidade, a medida protetiva poderá ser revogada e arquivada definitivamente.

Art. 3º As medidas protetivas de urgência serão reavaliadas no momento do recebimento da denúncia.

Art. 4º Ao proferir a sentença, o juiz poderá revogar as medidas protetivas concedidas.”

Destarte, recomenda-se aplicação do mencionado Provimento naquilo que for cabível.



Acordo de não Persecução Penal - ANPP:

Outrossim, há de se ressaltar no tocante aos termos do Provimento Conjunto nº 06/2023, que preceitua acerca do processamento do Acordo de Não Persecução Penal - ANPP, assim estabelecendo:

§ 1º Homologado o acordo de não persecução penal, a audiência deverá ser movimentada com o código vinculado à árvore 12733 e expedida a guia para cadastramento do SEEU na VEPMA, com o imediato arquivamento no sistema SAJ com o código 246.

§ 2º O Juízo da VEPMA, quando receber o pedido do Ministério Público para revogação do acordo de não persecução penal por descumprimento, deverá encaminhar comunicado ao Juízo do processo principal para providências, arquivando o procedimento no SEEU com o código 246.

Inspeção dos Estabelecimentos Penais - Resolução nº 47/2007

Conselho Nacional de Justiça:

Imperioso ressaltar no que pertine à necessidade de observância aos termos da Resolução nº 47/2007 do Conselho Nacional de Justiça, a qual determina que os Juízes de Execução Criminal **deverão realizar, pessoalmente, inspeção mensal nos Estabelecimentos Penais sob sua responsabilidade, bem como adotar as providências pertinentes ao seu adequado funcionamento.**

Em atendimento aos moldes da Resolução supramencionada deverão, ainda, elaborar Relatório e remeter a esta Corregedoria **até o dia 5 do mês seguinte.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Outrossim, afora elaborar e proceder apresentação do respectivo Relatório, **deverão providenciar o preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais - CNIEP.**

Nesse ínterim, depreende-se dos autos SEI nº 0000415-42.2024.8.01.0000 que à Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira **procedeu juntada do Relatório de Inspeção nos Estabelecimentos Penais**, referente ao **mês de Julho/2024**, nos termos do art. 2º da Resolução nº 47/2007 do CNJ.

Ressalte-se, por fim, que a realização das Inspeções bem como o preenchimento das Informações no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais *consiste em item de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2024, razão pela qual faz-se mister estrita observância ao prazo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, consoante moldes da Resolução nº 47/2007.*

Por este motivo, acrescenta-se que, consoante Despacho proferido no bojo dos autos SEI nº 0000415-42.2024.8.01.0000, afora antecipação do mês de Julho, às Unidades deverão antecipar a Inspeção concernente ao mês de Agosto de 2024, considerando período de referência estabelecido pela Portaria do Prêmio de Qualidade.

Filas de Trabalho “Ag. Designação de Audiência”, “Ag. Realização de Audiência”, “Ag. Audiência de Conciliação” e “Ag. Audiência Instrução e Julgamento”:

Considerando Recomendações do Conselho Nacional de Justiça por ocasião da última Inspeção, realizou-se análise, por amostragem, nas filas mencionadas, ocasião em que se constatou o que segue:

- *Processo em fila que não corresponde à última movimentação dos autos;*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

- *Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ;*
- *Ausência das providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência;*
- *Ausência de Termo de Audiência ou documento que justifique a realização ou não da Audiência, nos autos nº 07006278620248010011.*

Neste diapasão, em consonância ao Conselho Nacional de Justiça, recomenda-se o que segue:

- *Prática de se consignar nos autos a data e horário da Audiência, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça, por ocasião de Inspeção realizada no âmbito deste Tribunal de Justiça;*
- *Observância ao lapso temporal entre a data de designação das Audiências e respectiva realização, de modo a viabilizar o cumprimento do tempo médio estabelecido pelo Conselho Nacional; bem como*
- *Observância às antecedências, considerando as razões elencadas acima e objetivando com isso, evitar oneração das diligências para cumprimento.*

Ademais, no que pertine à data de realização das Audiências, reitere-se acerca da necessidade de observância ao lapso temporal entre a data de designação e respectivas realizações, uma vez que o extenso lapso para realização obstará o cumprimento do tempo médio de tramitação avaliado pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual estabeleceu para o Selo de Qualidade 2024, os itens de avaliação que seguem:



● *Selo CNJ - Portaria 2024: a) tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal e a data-base de cálculo:*

a.1) até 700 dias (20 pontos);

a.2) de 701 a 1.100 dias (10 pontos).

● *Processos de violência doméstica e Feminicídio:*

a) tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal e a

a.1) até 300 dias (20 pontos);

a.2) de 301 a 600 dias (10 pontos).

● *Processos de competência do Júri:*

b) tempo médio decorrido entre a data do início da ação penal e o julgamento com resolução de mérito nos processos de ação penal de competência do júri:

b.1) até 1.500 dias (20 pontos);

b.2) de 1.501 a 2.000 dias (10 pontos).

● *Solucionar as ações ambientais:*

a) IAD nas ações ambientais igual ou maior que 100% (20 pontos).

Outrossim, no tocante à Expedição de Mandados para realização de Audiências, assentou o Conselho Nacional de Justiça por ocasião da última Inspeção ao analisar Unidade Judiciária com prática de expedição de mandados em data próxima às Audiências:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

(...) Há na unidade 300 processos aguardando para ser expedidos mandados de intimação/citação para audiências designadas, situação que requer atenção da unidade.

O que ocorre aqui é uma prática adotada pela magistrada e chefe de cartório no sentido de apenas expedir os mandados para as audiências em datas mais próximas à sua realização, evitando que as pessoas se esqueçam do ato se intimadas com muita antecedência. As audiências já estão marcadas nos autos com data definida, porém algumas estão com datas para o fim de 2023 e janeiro e fevereiro de 2024, razão pela qual a própria vara instituiu que os expedientes seriam expedidos mais próximos à realização da assentada.

Analisadas as pautas de audiência, não foram encontrados casos de atos perdidos por falta de intimação.

Contudo, não se pode perder de vista que o ato de postergar a expedição de atos de intimação também pode gerar efeito contrário, qual seja, torná-lo infrutífero por não serem encontrados os destinatários nos endereços iniciais. Desta feita, não convém, a juízo da Equipe de Inspeção, que a prática seja mantida.

Se há preocupação com o esquecimento, outras ferramentas podem ser adotadas para reforço da intimação como e-mail, msg ou até mesmo telefonema.

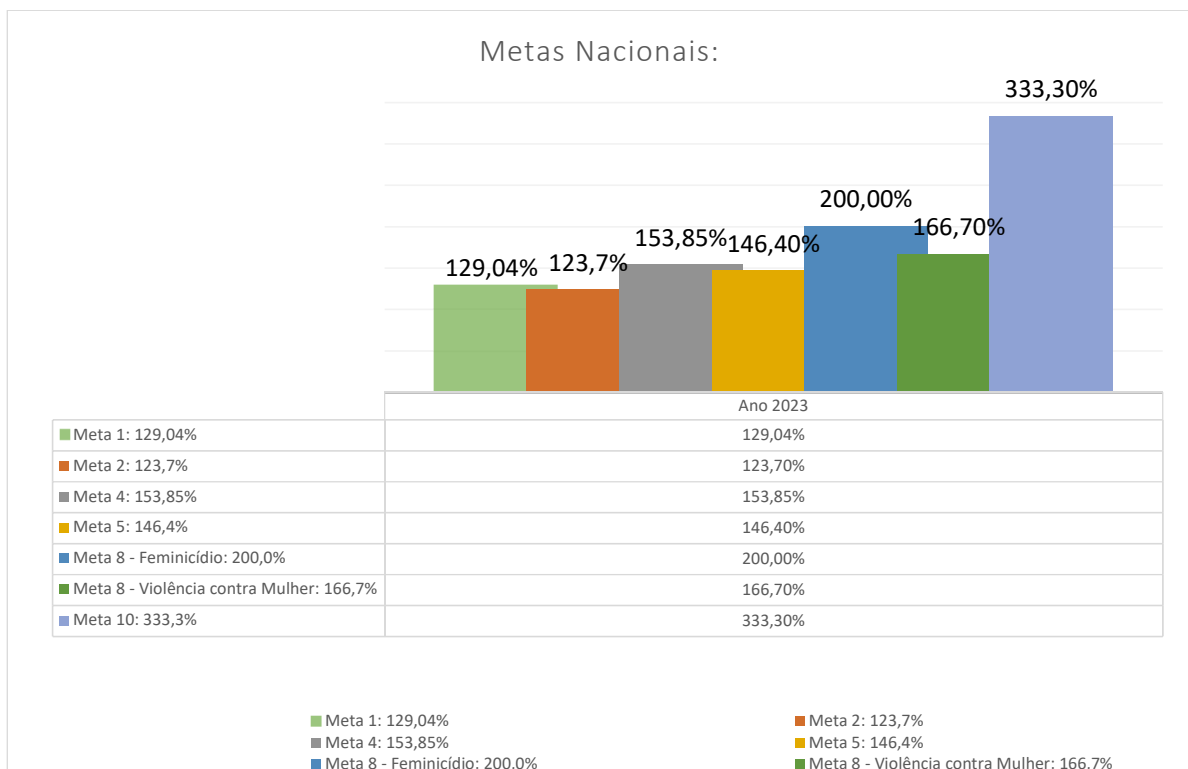
Assim, recomenda-se redução no lapso temporal entre a data de designação das Audiências e respectiva realização, de modo a viabilizar o cumprimento do tempo médio estabelecido pelo Conselho Nacional, bem como observância às antecedências para expedições de Mandados, considerando as razões elencadas acima e objetivando com isso, evitar oneração das diligências para cumprimento.



METAS NACIONAIS:

No tocante ao cumprimento das Metas Nacionais, imperioso registrar que à Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira, nas Metas 1, 2, 4, 5, 8 e 10 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2023, alcançou os seguintes percentuais:

• **Ano de 2023:**



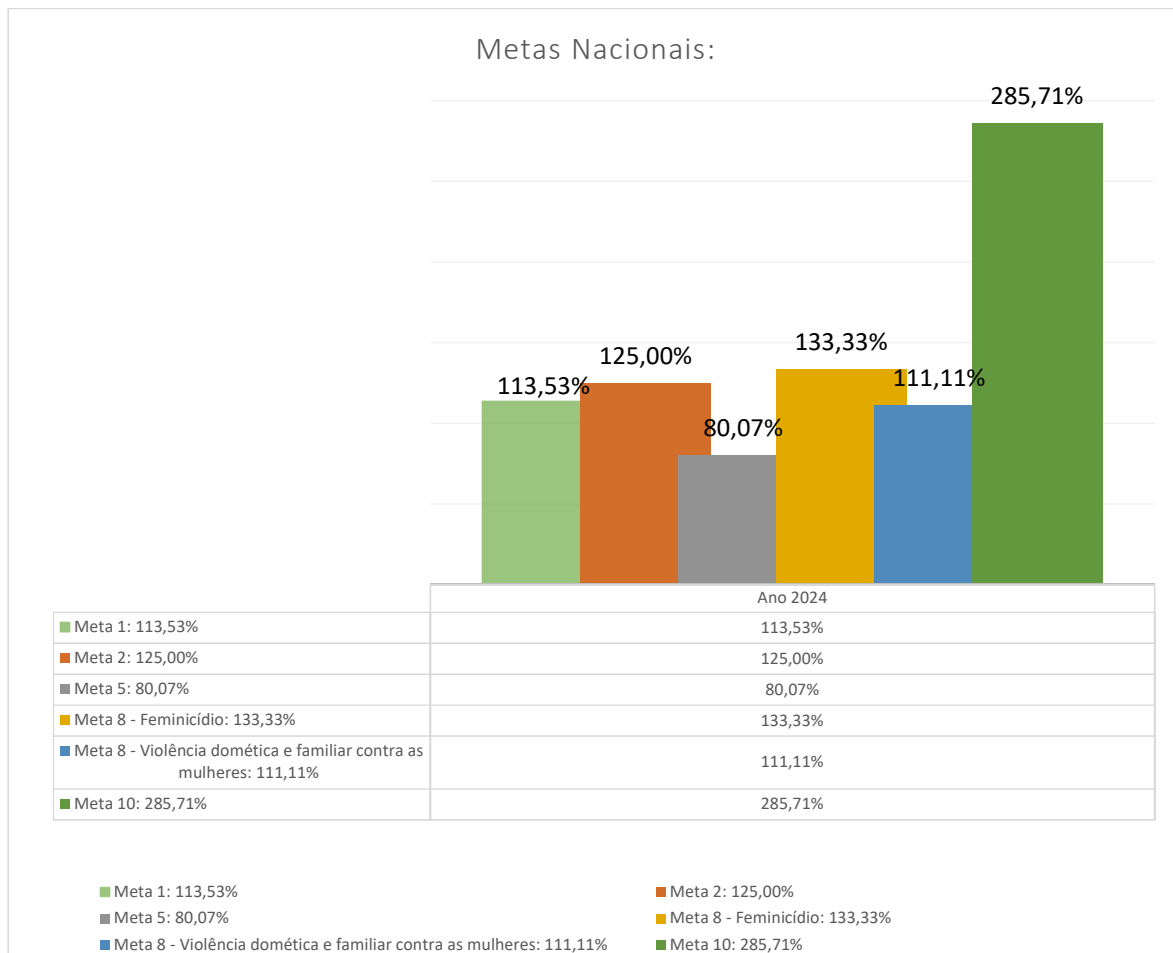
* <https://www.tjac.jus.br/metas-2023/>

a) Consoante se denota, para o ano de 2023, a Unidade apresentou índices acima de 100% nas Metas 1, 2, 4, 5, 8 e 10, razão pela qual se parabeniza pelos resultados obtidos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

● Ano de 2024:



**<https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/estatistica/metas-nacionais/metas-2024/>*

a) Conforme se infere, para o ano de 2024, a Unidade vem apresentando índices acima de 100% nas Metas 1, 2, 8 e 10, do Conselho Nacional de Justiça.

b) Por outro lado, concernente à Meta 5, consta percentual abaixo de 100%, com 517 (quinhentos e dezessete) processos pendentes de baixa.

No entanto, ressalte-se que atualmente, a Taxa de Congestionamento (TCL) da Unidade consta em 43,09%, apresentando-se desta forma, abaixo do patamar de 56% da Cláusula de Barreira para fins de cumprimento



da Meta, razão pela qual, recomenda-se que se mantenha taxa abaixo do percentual apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça.

De outra banda, acerca da Meta 2, imperioso acrescentar no que tange a recente alteração de parâmetros para cumprimento, uma vez que a partir do corrente exercício fora incluído o item que segue: *“100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais”*.

No mesmo contexto, acrescente-se no tocante à alteração de percentual para fins de cumprimento da Meta 8, a qual, para fins de cumprimento no ano de 2024, apresenta os índices que seguem: *“75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022”*.

Frente a essas considerações, mister que a Unidade Judiciária permaneça empreendendo esforços no sentido de avançar para as conquistas no exercício de 2024, sendo certo que esta Corregedoria, no âmbito de sua competência, estará sempre disponível para o apoio necessário às Unidades Judiciárias.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - IAD:

Noutro ponto, no que tange ao Índice de Atendimento à Demanda – IAD, consistente na relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período, medidos separadamente no 1º e 2º grau, em acesso ao endereço eletrônico <https://paineis.tjac.jus.br/single/?appid=78ca2174-333b-4828-a958-a3836b176564&sheet=af191975-6353-44cf-8c5a-2a7f60e0296e&opt=currsel%2Cctxmenu&select=clearall>, dessume-se:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

a) *Índice de 130,86% no período de Janeiro a Julho de 2024.*

Frente às constatações, recomenda-se que empreenda esforços para fins de promover maior quantitativo de arquivamentos, objetivando o aumento do percentual de cumprimento do Índice de Atendimento à Demanda para o ano corrente.

DATAJUD - Base Nacional de Dados do Poder Judiciário:

Outrossim, por meio de acesso ao painel DATAJUD - Base Nacional de Dados do Poder Judiciário, constante do endereço eletrônico Estatísticas do Poder Judiciário (cnj.jus.br), depreende-se o percentual de inconsistências abaixo delineado:

f) 28,6% com "algum tipo de erro" - 05 inconsistências de partes - Polo Ativo, 27 inconsistências de partes - Polo Passivo e 06 inconsistências em assuntos.

Neste contexto, recomenda-se acesso aos dados constantes da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário, promovendo o devido saneamento das inconsistências listadas.

Respostas da Unidade aos Procedimentos desta Corregedoria:

Acrescente-se que, no que tange às Manifestações aos Procedimentos desta Corregedoria, na data de 30 de Julho de 2024, procedeu-se a consultas em parte dos feitos, notadamente no tocante à última Fiscalização, ocasião em que se infere o que segue:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Procedimento:	Resposta:
Autos SEI nº 0000327-04.2024.8.01.0000 - Presos Provisórios há mais de 91 dias sem ato do Magistrado:	Data da Fiscalização: 11/07/2024; Consta resposta da Unidade.
Autos nº 0002534-73.2024.8.01.0000 - Mandados com a situação "Aguardando Distribuição":	Data da Fiscalização: 12/07/2024; Consta resposta da Unidade.
Autos SEI nº 0000512-42.2024.8.01.0000 - Processos que se encontram na Fila de Trabalho "Ag. Realização de Audiência", sem a devida movimentação:	Data da Fiscalização: 22/07/2024; Consta resposta da Unidade.

Deste modo, dos 03 (três) procedimentos verificados, infere-se resposta da Unidade em todos eles, razão pela qual, recomenda-se que se permaneça a rotina de acessos, para fins de promover os devidos saneamentos e respostas.

Correição Geral Ordinária do ano de 2023:

De outra banda, compulsando os autos do Procedimento Eletrônico SEI nº 0001254-04.2023.8.01.0000, deduz-se que a Unidade sanou as pendências do Relatório de Correição concernentes ao ano de 2023, demonstrando empenho no atendimento às Recomendações exaradas no âmbito da Correição Geral Ordinária.

Desta feita, recomenda-se contínua atenção aos Procedimentos deste Órgão Correcional, de modo que promova os respectivos saneamentos e apresente as devidas respostas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

BNMP:

Noutro ponto, por meio de Relatório emitido no endereço eletrônico [Entrar em PDPJ - Plataforma Digital do Poder Judiciário \(pje.jus.br\)](http://pje.jus.br), em 31 de Julho de 2024, depreende-se a inexistência de peças pendentes de assinatura no âmbito do BNMP.

Neste contexto, recomenda-se que permaneça o monitoramento do BNMP, de modo que não se tenha incidência de peças pendentes de assinatura.

Inspeção do Conselho Nacional de Justiça no de 2023:

No que concerne à Inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2023, em consulta ao Relatório de Inspeção, depreende-se que a Unidade não fora Inspeccionada na visita concernente ao ano de 2023.

Ferramenta de Gestão elaborada pela GEAUX:

Outrossim, apresenta-se ferramentas de Gestão implementadas pela Gerência de Serviços Auxiliares e DITEC, consoante segue:

- **Diagnóstico da Unidade:**
<https://bi.tjac.jus.br/auth/single/?appid=694b244f-7b27-4e26-8d94-abd638abb0fa&sheet=46d4567b-96df-4699-823c-2440b53b1c2a&opt=currsel%2Cctxmenu>. Acesso aos Gestores: solicitar perante à GEAUX.
- **Monitoramento de processos conclusos:**
<https://coger.tjac.jus.br/metabase/public/dashboard/fce48171-9ad6-4857-9a94-2f27523ffb8c>.



- **Painéis Estatísticos:** [Poder Judiciário do Estado do Acre | Painéis Estatísticos da Corregedoria-Geral da Justiça \(tjac.jus.br\)](#)

RECOMENDAÇÕES:

Destarte, diante das constatações delineadas no Relatório de Correição Geral Ordinária e, levando em consideração os desafios propostos pelo Conselho Nacional a este Poder Judiciário, afora as Recomendações elencadas no Relatório acostado, destaque-se as Orientações que seguem:

a) À Unidade Judiciária para que se promova o andamento dos feitos paralisados, de modo que para tanto se concede o prazo de 60 (sessenta) dias;

b) Controle dos prazos para revisão de prisão preventiva, nos moldes do artigo 21, XIII, do Provimento nº 156/2023, do Conselho Nacional de Justiça;

c) Controle e sinalização de processos com réu preso, consoante dicção do artigo 21, I, do Provimento nº 156/2023, do Conselho Nacional de Justiça;

d) Observância no que toca às filas Ag. designação das Audiências, procedendo-se o devido gerenciamento, de modo a obstar paralisações;

e) Decorrido o prazo estabelecido, se procederá Revisão acerca do saneamento das pendências constatadas, ocasião em que se avaliará no que toca à efetiva realização do ato processual, e/ou adoção das providências pertinentes;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

f) Manutenção do constante **monitoramento** interno de maneira a obstar incidência de **processos paralisados na Secretaria, bem como no bloco em andamento sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias;**

g) Manutenção do constante **monitoramento** interno de maneira a obstar incidência de **processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;**

h) Seja estabelecida rotina interna para fins de gerenciamento voltado ao **cumprimento das Metas Nacionais;**

i) Observância ao prazo para cadastramento dos Processos de Execução Penal, nos termos da Resolução nº 113/2010;

j) Atendimento aos ditames estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como às Normas desta Corregedoria Geral da Justiça;

k) Acesso aos Sistemas e Procedimentos de Fiscalização desta Corregedoria, promovendo aos saneamentos, adotando as providências, bem como apresentando as respectivas respostas;

l) Observância aos atendimentos Virtuais e Presenciais, os promovendo em tempo razoável, bem como estendendo tratamento cortês aos Jurisdicionados, Advogados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública;

m) Observância no tocante à correta alimentação do BNMP, promovendo o devido gerenciamento entre os registros constantes do Sistema de Automação e àqueles do BNMP, de forma a obstar divergência nos Relatórios Estatísticos;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

n) Observância no que tange ao tempo médio de tramitação, para fins de cumprimento do Índice de Atendimento à Demanda - IAD;

o) Observância no tocante ao correto uso das Tabelas Processuais Unificadas - TPU's, de maneira a obstar eventuais inconsistências no âmbito do DATAJUD;

p) Observância no tocante à celeridade para fins de apreciação das Medidas Urgentes, bem como pedidos liminares;

q) Controle de prazo prescricional, com observância da Resolução nº 112/2010.

Acrescente-se por fim, que esta Corregedoria se encontra à disposição para os auxílios necessários, bem como em contínuo empenho para fins de atendimento aos desafios lançados a este Poder Judiciário, notadamente ao aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional.

Data e Assinatura Eletrônica.


Desembargador Samoel Evangelista
Corregedor-Geral da Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SENA MADUREIRA

Juiz de Direito Titular: Eder Jacoboski Viegas

 <p>CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA ACRE</p>	<p>RELATÓRIO DE CORREIÇÃO <i>Gerência de Fiscalização Judicial</i></p>
--	---

Portarias n°:	01/2024 e 21/2024
Período designado para Correição:	29/07 a 02/08/2024
Autos SEI n°:	0006374-91.2024.8.01.0000

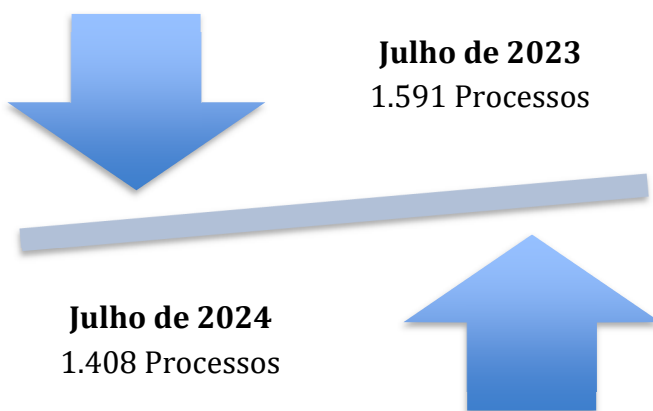
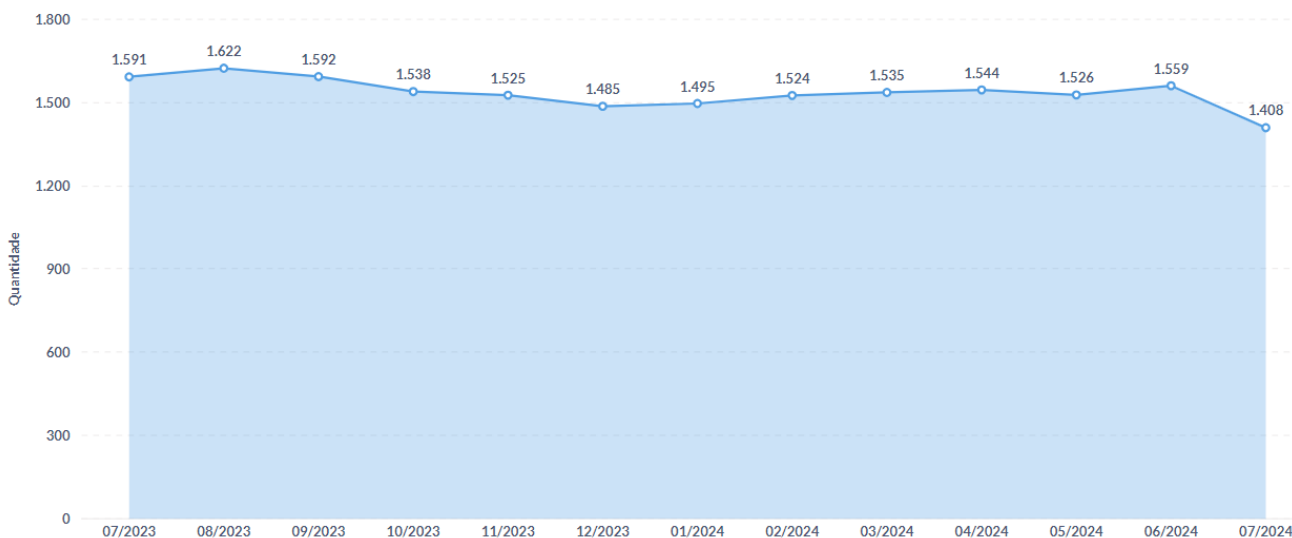
Análise - Estatísticas Gerais:

Por meio de consulta ao Sistema de Automação - SAJEST, bem como ao endereço eletrônico Diagnóstico da Unidade - Acervo em andamento · Dashboard · Metabase (tjac.jus.br), procedendo-se análise acerca das Estatísticas Gerais da Unidade, denota-se o quadro situacional que segue:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

● *Processos em Andamento – Comparativo ao ano de 2023:*



Redução no quantitativo de Processos em relação ao período analisado:	↓ 11,50% - 183 Processos a menos.
--	-----------------------------------

Prefacialmente, com o escopo de se proceder análise acerca de eventual evolução do quantitativo de Processos em andamento, depreende-se que o



período de Julho de 2024, apresentou 183 (cento e oitenta e três) Processos a menos que o mesmo período de 2023, o que corresponde a redução de 11,50%.

● **Data do processo de conhecimento mais antigo da Unidade:** 0003032-93.2011.8.01.0011 - Situação: Em andamento.

● *Processos Distribuídos:*

● *Comparativo entre anos de 2022 e 2023:*

2022: 883

2023: 845

Redução em relação ao período analisado:
↓ 4,30% - 38 Processos a menos.

● **Constatações:** Depreende-se que no ano de 2023, houve redução de 4,30% no quantitativo de Processos distribuídos, se comparado ao mesmo período de 2022.

● *Comparativo entre os períodos de 2023 e 2024:*

De Janeiro a Julho 2023: 491

De Janeiro a Julho 2024: 534

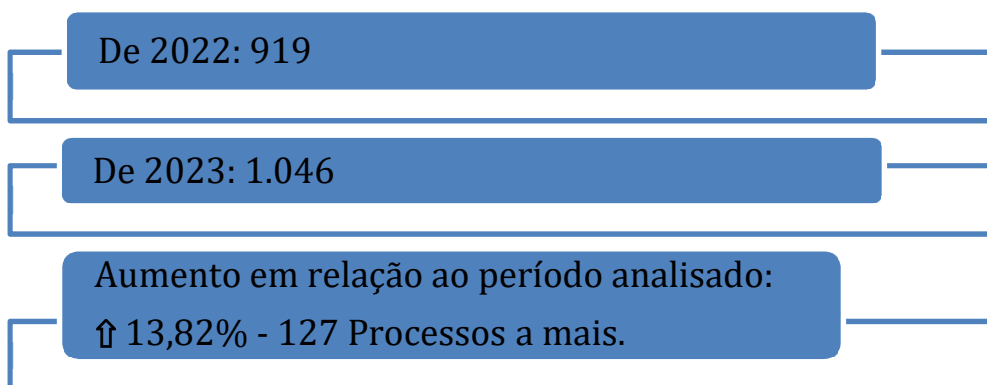
Aumento em relação ao período analisado: ↑ 8,76% - 43 Processos a mais.



● **Constatações:** Depreende-se que no ano de 2024, houve aumento de 8,76% no quantitativo de Processos distribuídos, se comparado ao mesmo período de 2023.

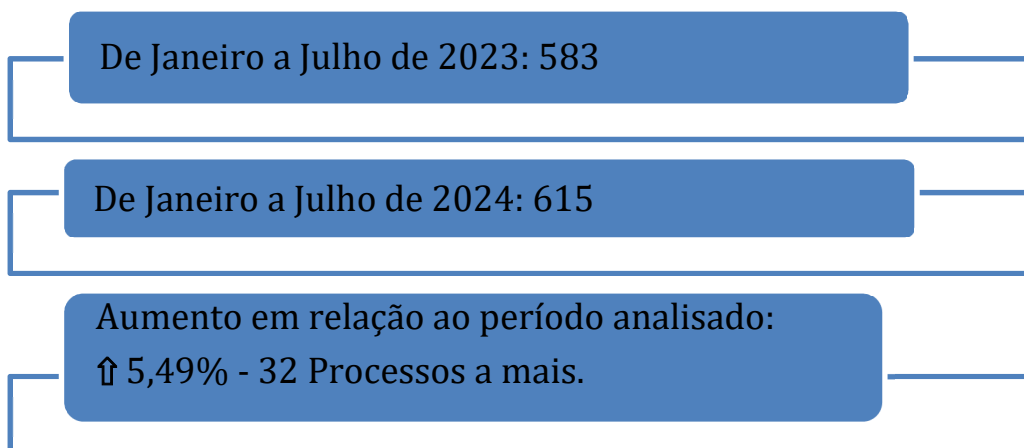
● *Processos Arquivados:*

● *Comparativo entre anos de 2022 e 2023:*



● **Constatações:** Depreende-se que no ano de 2023, houve aumento de 13,82% no quantitativo de Processos arquivados, se comparado ao mesmo período de 2022.

● *Comparativo entre os períodos de 2023 e 2024:*





● **Constatações:** Depreende-se que no ano de 2024, houve aumento de 5,49% no quantitativo de Processos arquivados, se comparado ao mesmo período de 2023.

Deste modo, recomenda-se que se permaneça potencializando o quantitativo de Processos baixados, considerando os reflexos para fins de cumprimento da Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça, Índices de Atendimento à Demanda, Justiça em Números, bem como demais Relatórios Estatísticos da Unidade Judiciária, os quais ensejam impactos tanto no âmbito deste Tribunal de Justiça, bem como para fins de atendimento aos parâmetros do Conselho Nacional de Justiça.

● *Tempo médio de Sentença:*

2022: 861

2023: 1.002

↑ Aumento em relação ao período analisado: 141 dias a mais.

● **Constatações:** No ano de 2023, o Fluxo Criminal da Unidade apresentou aumento em 141 dias no tempo médio de Sentença.

Outrossim, no ano de 2023, o Juizado Especial Criminal apresentou 914 dias no Tempo Médio de Sentença.



● *Tempo médio de Arquivamento:*

2022: 516

2023: 598

↑ Aumento em relação ao período analisado: 82 dias a mais.

● **Constatações:** No ano de 2023, a Unidade apresentou aumento em 82 dias no tempo médio de arquivamento.

No tocante ao Fluxo Juizado Especial Criminal, no ano de 2023, apresentou 138 dias no Tempo Médio de Arquivamento.

● **Recomendação:** Recomenda-se a redução no tempo de tramitação e respectivo arquivamento, objetivando cumprimento ao tempo de tramitação estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça para fins de duração dos processos pendentes líquido

Nesse íterim, saliente-se no que pertine ao tempo médio de tramitação para os processos concernentes às Ações Penais, Violência Doméstica e Familiar, bem como Ações Penais de Competência do Júri, consoante segue:



● Ações Criminais:

a) tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal e a data-base de cálculo:

a.1) até 700 dias (20 pontos);

a.2) de 701 a 1.100 dias (10 pontos).

● Processos de Violência Doméstica e Feminicídio:

a) tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal e a sentença:

a.1) até 300 dias (20 pontos);

a.2) de 301 a 600 dias (10 pontos).

● Processos de Competência do Júri:

b) tempo médio decorrido entre a data do início da ação penal e o julgamento com resolução de mérito nos processos de ação penal de competência do júri:

b.1) até 1.500 dias (20 pontos);

b.2) de 1.501 a 2.000 dias (10 pontos).

● Solucionar as Ações Ambientais:

a) IAD nas ações ambientais igual ou maior que 100% (20 pontos).



● *Ferramenta disponibilizada para Gerência de Serviços Auxiliares/GEAUX - Processos eventualmente pendentes de baixa:*

De outra banda, no que toca às baixas de processos, considerando tratar-se de indicadores para fins de cumprimento da Meta 5, do Índice de Atendimento à Demanda - IAD, IPC-Jus, Relatórios de Justiça em Números, bem como demais Relatórios do Conselho Nacional de Justiça, a Gerência de Serviços Auxiliares - GEAUX procedeu a implementação de ferramenta para fins de auxiliar às Unidades na identificação de processos eventualmente aptos para baixa.

Acrescente-se que por meio do banco de dados do Sistema de Automação, a GEAUX realizou filtragem dos feitos com situação “Transitado em Julgado” e que, por conseguinte, não constam baixados.

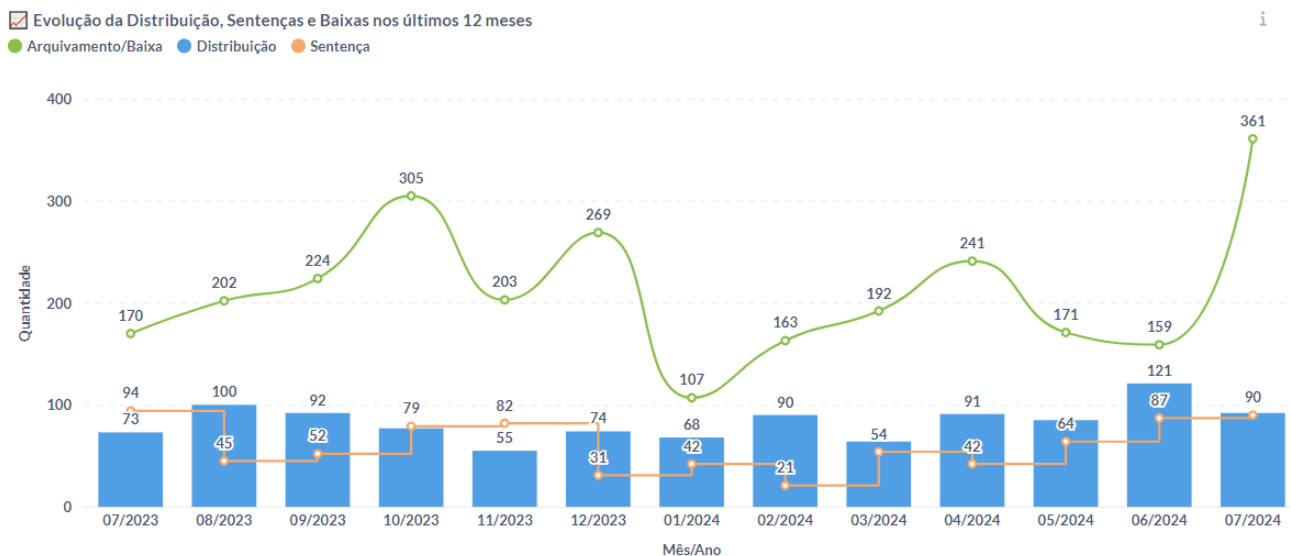
Neste contexto, reitera-se que a ferramenta objetiva auxiliar na identificação dos processos que estejam eventualmente aptos para baixa, de modo que a Unidade deverá avaliar se o feito consta efetivamente em situação de arquivamento.

Deste modo, segue endereço eletrônico da ferramenta supramencionada: <https://coger.tjac.jus.br/metabase/public/dashboard/a7c67e58-1c90-4daa-9ae6-8b59c1458f35>.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Evolução da Distribuição, Sentenças e Baixas nos últimos 12 meses:



Constatações: Depreende-se que o mês de Julho de 2024, apresentou aumento expressivo no quantitativo de arquivamentos em relação aos demais meses do corrente ano. De outra banda, entre os meses de Maio a Julho de 2024, vem apresentando gradativo aumento nas Sentenças.

● **DAS PARALISAÇÕES:**

● **LIMINARES ou MEDIDAS CAUTELARES PENDENTES DE EXAME:**

Em atendimento ao Artigo 20, V, do Provimento nº 156, de 04 de Novembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, por meio do endereço eletrônico Processos com medidas cautelares distribuídos há + de xx dias sem movimento de magistrado - Metabase (tjac.jus.br), em consulta no dia 31 de Julho de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

2024, infere-se que constar 02 (duas) Medidas Cautelares pendentes de apreciação, conforme consta:

PROCESSO	CLASSE	DISTRIBUIÇÃO
07009430220248010011	309-Pedido de Busca e Apreensão Criminal	25/7/2024
07008989520248010011	309-Pedido de Busca e Apreensão Criminal	17/7/2024

Outrossim, por meio do endereço eletrônico Processos com tarja de liminar distribuídos há + de xx dias sem movimento de magistrado · Metabase (tjac.jus.br), no dia 31 de Julho de 2024, procedeu-se à consulta de feitos identificados com tarja “*Pedido Liminar*”, distribuídos até a presente data, e que não apresentam Atos do Magistrado emitido no período, constatando-se não constar feitos identificados na presente situação.

Ademais, recomenda-se a correta utilização das tarjas identificadoras, o que viabilizará identificação dos feitos, bem como otimizará o Fluxo interno da Unidade.

Insta salientar que a apreciação das liminares e medidas cautelares pendentes se tratam de item a ser avaliado no âmbito das Inspeções realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, por ocasião das visitas neste Tribunal, razão pela qual, se recomenda contínuo monitoramento dos pedidos de urgência para fins de promover as respectivas apreciações.

1. FLUXO DE TRABALHO:

Processos nas respectivas filas por período superior a 60 (sessenta) dias.

1.1. Vara Criminal:

1.1.1. Criminal Única – Processos:

a) Ag. Cumprimento de Carta Precatória:

Processo	Classe
00001819520228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

b) Ag. Expedição de Mandado Audiência:

Processo	Classe
00002462720218010011	Ação Penal de Competência do Júri
00005996720218010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
00001109320228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001845020228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00002754320228010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
00003525220228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00003533720228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00003845720228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00004711320228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00007690520228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00008756420228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001625520238010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
00001807620238010011	Ação Penal - Procedimento Sumário
00003444120238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00004128820238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00008103520238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000453020248010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00022795820198010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000428020218010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001761020218010011	Ação Penal de Competência do Júri
00002056020218010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00002099720218010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
00008230520218010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001905720228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00002486020228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00002503020228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00003005620228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00004807220228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00005699520228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00005794220228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00007084720228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00007430720228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00007847120228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00008115420228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00009050220228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00010618720228010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000100720238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00000542620238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001460420238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

00001772420238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00002084420238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00003756120238010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
00003911520238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00004110620238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00005826020238010011	Ação Penal - Procedimento Sumário
08000549020238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário

1.2. Vara Criminal – Juizado Especial:

1.2.1. Juizado Especial Criminal – Processos:

a) Ag. Devolução de Mandado:

Processo	Classe
07004598420248010011	Representação Criminal/Notícia de Crime

b) Ag. Devolução de Precatória:

Processo	Classe
00005465220228010011	Termo Circunstanciado
00001443420238010011	Inquérito Policial

c) Ag. Diligências:

Processo	Classe
00009567620238010011	Termo Circunstanciado
00001053720238010011	Termo Circunstanciado

d) Ag. Providências do Cartório (URGENTE):

Processo	Classe
08000323220238010011	Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo

● **Recomendação:** Considerando processo paralisado há mais de 60 (sessenta) dias na fila concernente aos atos Urgentes, recomenda-se estrita observância ao correto uso da fila. Ademais, acrescente-se a necessidade de observância ao célere cumprimento dos atos urgentes, uma vez que a paralisação do mesmo há mais de 60 (sessenta) dias não se coaduna com a natureza de urgência.

e) Autos postados em cartório:

Processo	Classe
00006908920238010011	Termo Circunstanciado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

00009532420238010011	Termo Circunstanciado
00009540920238010011	Termo Circunstanciado
00001232420248010011	Termo Circunstanciado

Fila “Ag. Designação de Audiência” (Amostragem)

1.1. Vara Criminal:

a) Ag. Designação de Audiência

Processo	Classe	Observação
00002748720248010011	Ação Penal - Procedimento Sumário	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se no ‘Bloco Audiências’, Audiência designada para o dia <u>03/06/2025</u> . Processo permanece na Fila de Trabalho “Ag. Designação de Audiência”

● **Constatação:** Processo permanece na fila Ag. Designação, muito embora já conste Audiência designada.

● **Recomendações:** *Outrossim, infere-se extenso lapso temporal entre a data de designação e efetiva realização das Audiências. Ante o exposto, recomenda-se redução no lapso temporal entre a data de designação das Audiências e respectiva realização, de modo a viabilizar o cumprimento do tempo médio estabelecido pelo Conselho Nacional, bem como observância às antecedências para expedições de Mandados, objetivando com isso, evitar oneração das diligências para cumprimento.*

1.2. Vara Criminal – Juizado Especial:

a) Ag. Designação de Audiência:

Durante o período da Correição, não constavam processos na Fila de Trabalho “Ag. Designação de Audiência”, razão pela qual, não se procedeu amostragem.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Filas "Ag. Realização de Audiência", "Ag. Audiência de Conciliação" e "Ag. Audiência de Instrução e Julgamento" (Amostragem):

1.1. Vara Criminal:

a) Ag. Realização de Audiência:

Processo	Classe	Observação
00007174320218010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se no 'Bloco Audiências', Audiência designada para o dia 15/10/2024. Entretanto, não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.
00006048920218010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se no 'Bloco Audiências', Audiência designada para o dia 03/12/2024. Entretanto, não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.
00002471220218010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se no 'Bloco Audiências', Audiência designada para o dia 03/12/2024. Entretanto, não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.
00008069520238010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se no 'Bloco Audiências', Audiência designada para o dia <u>24/04/2025</u> . Ademais, não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.
08000294320248010011	Acordo de Não Persecução Penal	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 29/08/2024. Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ.
08000302820248010011	Acordo de Não Persecução Penal	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 29/08/2024. Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ.

1.2. Vara Criminal - Juizado Especial:

a) Ag. Audiência de Conciliação:

Processo	Classe	Observação
00005831120248010011	Termo Circunstanciado	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

		<p>Movimentações</p> <table border="1"><thead><tr><th>Data / Hora</th><th>Movimentação</th></tr></thead><tbody><tr><td>11/06/2024 10:30</td><td>Distribuído por Sc</td></tr></tbody></table> <p>Filas de trabalho</p> <p>Distribuição</p> <p>Outros dados</p> <p>Assuntos</p> <p>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Ag. Audiência de Conciliação". Entretanto, não foi localizado nos autos a data que foi designada Audiência.</p>	Data / Hora	Movimentação	11/06/2024 10:30	Distribuído por Sc
Data / Hora	Movimentação					
11/06/2024 10:30	Distribuído por Sc					

b) Ag. Audiência de Instrução e Julgamento:

Processo	Classe	Observação
00002728820228010011	Termo Circunstanciado	<p>Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 18/09/2024.</p> <p>Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ, bem como não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.</p>
00004478220228010011	Termo Circunstanciado	<p>Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 18/09/2024.</p> <p>Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ, bem como não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.</p>
00008297520228010011	Termo Circunstanciado	<p>Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 18/09/2024.</p> <p>Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ, bem como não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.</p>
00004194620248010011	Termo Circunstanciado	<p>Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Despacho de fls. 29 - "Paute-se audiência de instrução e julgamento." (...)</p> <p>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Ag. Audiência de Instrução e Julgamento". Entretanto, não foi localizado nos autos a data que foi designada Audiência.</p>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

c) Ag. Realização de Audiência:

Processo	Classe	Observação
08000895020238010011	Representação Criminal/Notícia de Crime	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 30/08/2024. Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ.
08000026020248010011	Representação Criminal/Notícia de Crime	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se Audiência designada para o dia 30/08/2024. Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ.
07006278620248010011	Representação Criminal/Notícia de Crime	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se no 'Bloco Audiências' que a Audiência datada de 12/07/2024 consta com a 'Situação: Não realizada'. Ademais, não foi localizado nos autos Termo de Audiência ou documento informando acerca da não da respectiva Audiência. Processo permanece na Fila de Trabalho "Ag. Realização de Audiência".

● **Constatação:** Dos feitos avaliados, não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ;

● **Constatação:** Ausência das providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência;

● **Constatação:** Ausência de Termo de Audiência ou documento que justifique a realização ou não da Audiência, nos autos nº 07006278620248010011.

Filas "Suspensão (Art. 366)", "Suspensão (Art. 366) - ag. Prisão" e "Suspensões" (Amostragem):

1.1. Vara Criminal:

a) Suspensão (Art. 366):

Durante o período da Correição, realizou-se análise por amostragem, não se verificando inconsistências.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Deste modo, recomenda-se monitoramento da fila sob análise, de maneira a obstar incidência de processos em que já transcorreu o prazo de suspensão.

b) Suspensos (Art. 366) - ag. Prisão:

Processo	Classe	Observação
00014597320188010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se que o processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos (Art. 366) - ag. Prisão" com a "Situação: Em andamento"

c) Suspensos:

Processo	Classe	Observação
00001215420248010011	Auto de Prisão em Flagrante	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como Despacho, datado de 10/06/2024 (fls. 114) - (...) " <i>determino a suspensão do presente feito pelo prazo de 30 (trinta) dias ou até que sejam comunicados os cumprimentos nos referidos autos, o que ocorrer primeiro.</i> " (...)
00006544720238010011	Ação Penal de Competência do Júri	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como Despacho, datado de 08/01/2024 (fls. 133) - (...) " <i>Dessarte, apresentadas as razões e contrarrazões recursais, façam-se os autos conclusos para análise do juízo de retratação de que trata o art. 589 do Código de Processo Penal.</i> " (...) Ademais, consultando o 'Bloco Audiências', observou-se Sessão do Tribunal do Júri designada para o dia 12/11/2024. Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ, bem como não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência. Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com a "Situação: Suspenso"
00006608820228010011	Ação Penal de Competência do Júri	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como última movimentação: 04/07/2024-Processo Reativado Ademais, consultando o 'Bloco Audiências', observou-se Sessão do Tribunal do Júri designada para o dia 24/10/2024. Não consta nos autos Certidão informando a data e o horário que foi designada Audiência, conforme orientação do CNJ, bem como não se observou as providências/comunicações necessárias para a realização da respectiva Audiência.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

		Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com a "Situação: Em andamento"
--	--	---

● **Constatação:** Dos feitos avaliados por amostragem, deduzem-se processos em que já decorreu o prazo de suspensão.

Deste modo, recomenda-se monitoramento total da fila sob análise, de maneira a obstar incidência de processos em que já transcorreu o prazo de suspensão.

1.2. Vara Criminal – Juizado Especial:

a) Suspensos:

Processo	Classe	Observação
00002332820218010011	Termo Circunstanciado	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se movimentação "19/10/2022 - Suspensão Condicional do Processo" (<i>Termo de Audiência</i>) <u>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos". Entretanto, há Fila específica - "Suspensão Condicional do Processo", recomendando-se o uso da referida fila.</u> Última movimentação: 25/04/2024-Juntada de certidão
00009163120228010011	Termo Circunstanciado	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como última movimentação: 01/07/2024-Mero expediente (<i>Termo de Audiência</i>) <u>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com "Situação: Julgado". Entretanto, há Fila específica - "Transação Penal", recomendando-se o uso da referida fila.</u>
00006890720238010011	Termo Circunstanciado	Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com "Situação: Julgado"
00001483720248010011	Termo Circunstanciado	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como últimas movimentações: 29/07/2024-Juntada de Outros documentos 02/07/2024-Homologação de Transação Penal <u>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com "Situação: Julgado". Entretanto, há Fila específica - "Transação Penal", recomendando-se o uso da referida fila.</u>
00003120220248010011	Termo Circunstanciado	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como última movimentação: 02/07/2024-Homologação de Transação Penal <u>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com "Situação: Julgado". Entretanto, há Fila específica - "Transação Penal", recomendando-se o uso da referida fila.</u>
00004705720248010011	Termo Circunstanciado	Em consulta ao SAJ/PG5, observou-se como últimas movimentações: 29/07/2024-Juntada de Outros documentos 02/07/2024-Homologação de Transação Penal



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

		<u>Processo se encontra na Fila de Trabalho "Suspensos" e com "Situação: Julgado". Entretanto, há Fila específica - "Transação Penal", recomendando-se o uso da referida fila.</u>
--	--	--

● **Recomendação:** *Observe-se no tocante ao uso das filas específicas, uma vez que se identificou feitos que se encontram na fila genérica de processos suspensos, e que no entanto, contam com fila específica referente a Suspensão Condicional do Processo ou Transação Penal.*

Fila "Ag. Expedição de Mandado Audiência":

1.1. Vara Criminal:

a) Ag. Expedição de Mandado Audiência:

Por ocasião da análise dos Fluxos, identificou-se 91 (noventa e um) processos no total da fila "Ag. Expedição de Mandado Audiência".

Muito embora os feitos não se encontrem há mais de 60 (sessenta) dias, recomenda-se gerenciamento da fila mencionada.

No tocante à Expedição de Mandados para realização de Audiências, assentou o Conselho Nacional de Justiça por ocasião da última Inspeção ao analisar Unidade Judiciária com prática de expedição de mandados em data próxima às Audiências:

(...) Há na unidade 300 processos aguardando para ser expedidos mandados de intimação/citação para audiências designadas, situação que requer atenção da unidade.

O que ocorre aqui é uma prática adotada pela magistrada e chefe de cartório no sentido de apenas expedir os mandados para as audiências em datas mais próximas à sua realização, evitando que as pessoas se esqueçam do ato se intimadas com muita antecedência. As audiências já estão marcadas nos autos com data definida, porém



algumas estão com datas para o fim de 2023 e janeiro e fevereiro de 2024, razão pela qual a própria vara instituiu que os expedientes seriam expedidos mais próximos à realização da assentada.

Analisadas as pautas de audiência, não foram encontrados casos de atos perdidos por falta de intimação.

Contudo, não se pode perder de vista que o ato de postergar a expedição de atos de intimação também pode gerar efeito contrário, qual seja, torná-lo infrutífero por não serem encontrados os destinatários nos endereços iniciais. Desta feita, não convém, a juízo da Equipe de Inspeção, que a prática seja mantida.

Se há preocupação com o esquecimento, outras ferramentas podem ser adotadas para reforço da intimação como e-mail, msg ou até mesmo telefonema.

Assim, recomenda-se observância às antecedências para expedição de Mandados, considerando as razões elencadas acima e objetivando com isso, evitar oneração das diligências para cumprimento.

2. PROCESSOS CONCLUSOS POR MAIS DE 100 DIAS:

Não constam Processos conclusos por mais de 100 (cem) dias.

3. MANDADOS PENDENTES DE CUMPRIMENTO:

No período de extração dos dados, não constavam Mandados pendentes de cumprimento por mais de 30 dias.



4. PETIÇÕES PENDENTES DE JUNTADA:

No período de extração dos dados, não constavam Petições com pendências de juntada.

5. PROCESSOS EM ANDAMENTO SEM MOVIMENTAÇÃO:

5.1. Vara Criminal:

No tocante aos processos em andamento sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias, da Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira, o Relatório Gerencial extraído do endereço eletrônico <https://coger.tjac.jus.br/metabase/question/294-processos-em-andamento-sem-movimentacao>, no dia 30 de Julho de 2024, demonstrou a existência de 06 (seis) processos.

Processo	Classe
00012178520168010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00022795820198010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00001158120238010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00029626620178010011	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
00004809220108010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00023443420118010011	Ação Penal - Procedimento Ordinário

5.2. Vara Criminal - Juizado Especial:

Noutro ponto, no que pertine à Vara Criminal - Juizado Especial da Comarca de Sena Madureira, o Relatório Gerencial extraído do endereço eletrônico <https://coger.tjac.jus.br/metabase/question/294-processos-em-andamento-sem-movimentacao>, demonstrou a existência de 09 (nove) processos em andamento sem movimentação por mais de 60 dias (sessenta dias).

Processo	Classe
00001053720238010011	Termo Circunstanciado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

00001232420248010011	Termo Circunstanciado
00001094020248010011	Termo Circunstanciado
00009540920238010011	Termo Circunstanciado
00000940820238010011	Termo Circunstanciado
00001443420238010011	Inquérito Policial
00005465220228010011	Termo Circunstanciado
00015651320228010070	Termo Circunstanciado
08000574520238010011	Representação Criminal/Notícia de Crime

6. PROCESSOS NO SEEU - CNJ - SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO:

6.1. Atuação: TJAC - Vara Criminal de Sena Madureira - Meio

Aberto:

6.1.1. Pendências de Incidentes - Vencidos:

No período de extração dos dados não constavam incidentes vencidos.

• ***Recomendação: Acrescente-se que a pendência de incidentes vencidos no âmbito do SEEU, afóra as disposições legais acerca das progressões de pena, seguem avaliadas mensalmente pelo Conselho Nacional de Justiça para fins de pontuação no Selo de Qualidade, com apuração realizada no dia 30 de cada mês.***

6.1.2. Registros da Fila BNMP2 com notificação de erro:

Comunicação	Tipo de Cumprimento	Número	Data	Processo	Vara	Tipo de Comunicação	Descrição do Erro
367665	Mandado de Prisão	900159926-52	13/02/2023	0001840-57.2013.8.01.0011	TJAC - Vara Criminal de Sena Madureira - Meio Aberto	Publicação por fuga BNMP2	Pessoa não encontrada, verificar RJI!



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

6.1.3. Decurso de Prazo - Mais de 60 dias:

a) Intimações:

Processo Seq.	Data Decurso	Di. Postagem	Movimentação	Partes	Urgente
0002807-97.2016.8.01.0011_917	<u>14/02/2023</u>	24/01/2023 12:22	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Smaylon Jhonathan Mo</u>	Não
9000106-34.2021.8.01.0011_934	<u>21/03/2023</u>	01/03/2023 14:12	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Isaqueu Lyra do Nasci</u>	Não
0001227-92.2017.8.01.0012_889	<u>28/03/2023</u>	09/03/2023 15:29	AUTORIZADA A TRANSFERÊNCIA DO LOCAL DA EXECUÇÃO DA PENA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Martin Ayala Alvarez</u>	Não
0002552-71.2018.8.01.0011_1017	<u>05/04/2023</u>	20/03/2023 10:34	DETERMINADA A REGRESSÃO DE REGIME	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Jussangelo Rocha da Si</u>	Não
0003054-44.2017.8.01.0011_595	<u>18/04/2023</u>	31/03/2023 12:35	OUTRAS DECISÕES	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Edivan Alves de Olivei</u>	Não
9000005-31.2020.8.01.0011_957	<u>13/05/2023</u>	25/04/2023 13:51	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Adriane Silva da Costa</u>	Não
0000442-65.2019.8.01.0011_988	<u>07/06/2023</u>	22/05/2023 15:54	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Daniel Morais Silva</u>	Não
0026625-31.2004.8.01.0001_991	<u>13/06/2023</u>	26/05/2023 11:01	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u>	Não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Processo Seq.	Data Decurso	Dt. Postagem	Movimentação	Partes	Urgente
				Executado: <u>Alex Fernandes Barros</u>	
9000020-29.2022.8.01.0011_995	<u>17/06/2023</u>	29/05/2023 09:43	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Adoarte Vieira Moraes</u>	Não
0002552-71.2018.8.01.0011_1017	<u>01/08/2023</u>	14/07/2023 14:39	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Jussangelo Rocha da Si</u>	Não
0002552-71.2018.8.01.0011_1017	<u>12/08/2023</u>	25/07/2023 16:01	CONCEDIDA PROGRESSÃO DE REGIME	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Jussangelo Rocha da Si</u>	Não
0002552-71.2018.8.01.0011_1017	<u>15/08/2023</u>	27/07/2023 16:58	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Jussangelo Rocha da Si</u>	Não
9000059-60.2021.8.01.0011_1035	<u>06/09/2023</u>	21/08/2023 14:30	OUTRAS DECISÕES	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Israel de Lima Figueire</u>	Não
9000059-60.2021.8.01.0011_1035	<u>03/10/2023</u>	13/09/2023 15:02	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Israel de Lima Figueire</u>	Não
0002215-53.2016.8.01.0011_1122	<u>19/12/2023</u>	29/11/2023 11:25	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Gerson Silva de Souza</u>	Não
9000133-17.2021.8.01.0011_1079	<u>03/01/2024</u>	14/12/2023 14:58	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA	Autoridade: <u>Estado do Acre</u>	Não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Processo Seq.	Data Decurso	Dt. Postagem	Movimentação	Partes	Urgente
				Executado: Antônio Soares de Lima	
0000254-69.2019.8.01.0012_500	06/02/2024	17/01/2024 12:45	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	Autoridade: Estado do Acre Executado: Bruno Gomes da Silva	Não
9000080-36.2021.8.01.0011_843	06/02/2024	17/01/2024 14:17	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	Autoridade: Estado do Acre Executado: Jhonata Pedro de Olive	Não
0000090-07.2019.8.01.0012_924	06/02/2024	18/01/2024 13:45	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	Autoridade: Estado do Acre Executado: Leandro Santos de Lim	Não
4000134-77.2021.4.01.3000_778	06/03/2024	19/02/2024 12:46	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE	Polo Ativo: Ministério Público Fed Executado: Raimundo Nonato de C	Não

b) Mandados - Mais de 60 dias:

Expedição	Audiência em Aberto	Processo	Classificação	Natureza	Referente a(s) parte(s)	Oficial de Justiça	Prazo (Parte)	Status	Urgente	Tipo de Urgência
03/02/2021 17:08	13/05/2021 00:35	03/02/2021 17:15		0001006-78.2018.8.01.0011_ (Seq. 0002)	Execução da Pena	Intimação	Liandra Santos de Lima	Danúbio Ernesto Ferreira	10 dias corridos	Aguardando Análise de Decurso de Prazo

● **Recomendação:**

Com a finalidade de conferir regularidade aos trâmites processuais recomenda-se a adoção de providências voltadas ao impulso dos feitos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

6.2. Atuação: TJAC - Vara Criminal de Sena Madureira - Meio

Semiaberto:

6.2.1. Pendências de Incidentes - Vencidos:

No período de extração dos dados não constavam incidentes vencidos.

• **Recomendação:** Acrescente-se que a pendência de incidentes vencidos no âmbito do SEEU, afora as disposições legais acerca das progressões de pena, seguem avaliadas mensalmente pelo Conselho Nacional de Justiça para fins de pontuação no Selo de Qualidade, com apuração realizada no dia 30 de cada mês.

6.2.2. Registros da Fila BNMP2 com notificação de erro:

Comunicação	Tipo de Cumprimento	Número	Data	Processo	Vara	Tipo de Comunicação	Descrição do Erro
644922	Mandado de Prisão	900279301-42	23/07/2024	0012386-31.2018.8.01.0001-	TJAC - Vara Criminal de Sena Madureira - Semiaberto	Publicação BNMP2	Pessoa não encontrada, verificar RJ!

6.2.3. Decurso de Prazo - Mais de 60 dias:

a) Intimações:

Processo Seq.	Data Decurso	Dt. Postagem	Movimentação	Partes	Urgente
0000709- 37.2019.8.01.0011_ 1102	<u>19/04/2023</u>	03/04/2023 10:44	CONCEDIDO O LIVRAMENT O CONDICION AL	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Rivaneide Leandro da Silva</u>	Não
0000538- 80.2019.8.01.0011_ 1170	<u>03/05/2023</u>	14/04/2023 15:43	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUACAO CARCERÁRI A	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Celso Carvalho de Lima</u>	Não
0000859- 18.2019.8.01.0011_	<u>13/05/2023</u>	25/04/2023 13:00	JUNTADA DE RELATÓRIO	Autoridade: <u>Estado do Acre</u>	Não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Processo Seq.	Data Decurso	Dt. Postagem	Movimentac ão	Partes	Urgente
1171			DE SITUACAO CARCERÁRI A	Executado: <u>Paulo Ricardo Leão Santana</u>	
0000875- 79.2013.8.01.0011_ 1159	<u>29/08/2023</u>	08/08/2023 16:50	OUTRAS DECISÕES	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Elison Vicente Ribeiro Líbio</u>	Não
0001001- 56.2018.8.01.0011_ 1267	<u>31/10/2023</u>	13/10/2023 14:24	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUACAO CARCERÁRI A	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Elias dos Santos Vieira</u>	Não
0000875- 79.2013.8.01.0011_ 1159	<u>19/12/2023</u>	29/11/2023 12:02	OUTRAS DECISÕES	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Elison Vicente Ribeiro Líbio</u>	Não
9000145- 84.2023.8.01.0003_ 1289	<u>19/12/2023</u>	30/11/2023 15:51	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUACAO CARCERÁRI A	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>ANTONIO DOS SANTOS O</u>	Não
0009729- 24.2015.8.01.0001_ 1303	<u>09/01/2024</u>	19/12/2023 10:14	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUACAO CARCERÁRI A	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Ronaildo dos Santos Nunes</u>	Não
4000109- 14.2024.8.22.0002_ 1379	<u>26/03/2024</u>	08/03/2024 11:55	INDEFERIDO O PEDIDO	Polo Ativo: <u>Estado do Acre</u> Polo Passivo: <u>JOÃO VICTOR FERNANDE</u>	Não
0001127- 09.2018.8.01.0011_ 1325	<u>29/03/2024</u>	08/03/2024 19:55	OUTRAS DECISÕES	Autoridade: <u>Estado do Acre</u> Executado: <u>Alef Gadelha Henrique</u>	Não
0000354- 27.2019.8.01.0011_ 1335	<u>09/04/2024</u>	19/03/2024 11:57	JUNTADA DE RELATÓRIO DE	Autoridade: <u>Estado do Acre</u>	Não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Processo Seq.	Data Decurso	Dt. Postagem	Movimentação	Partes	Urgente
			SITUACAO CARCERÁRIA	Executado: José Urbano do Nascimento	
9000090-46.2022.8.01.0011_1341	10/04/2024	25/03/2024 14:56	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUACAO CARCERÁRIA	Autoridade: Estado do Acre Executado: Antônio Leandro Costa de C	Não
9000039-06.2020.8.01.0011_1351	11/05/2024	22/04/2024 10:37	JUNTADA DE RELATÓRIO DE SITUACAO CARCERÁRIA	Autoridade: Estado do Acre Executado: João Antonio Cezar Filho	Não

b) Mandados - Mais de 60 dias:

Ordenação	Data Decurso	Expedição	Audiência em Aberto	Processo	Classe	Natureza	Referente a(s) parte(s)	Oficial de Justiça	Prazo (Parte)	Status	Urgente	Tipo de Urgência	Assinatura Magistrado
31/08/2023 15:15	09/11/2023 00:43	31/08/2023 15:19		9000015-75.2020.8.01.0011_(Seq. 0002)	Execução da Pena	Intimação	CLEBS ON DA SILVA BARRETO	ELDER DOURADO MIRANDA	5 dias corridos	Aguardando Análise de Decurso de Prazo	Não	-	Não

● **Recomendação:**

Com a finalidade de conferir regularidade aos trâmites processuais recomenda-se a adoção de providências voltadas ao impulso dos feitos.

● **Recomendações Gerais:**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária atente aos dados alimentados nos Processos migrados, de forma que reflitam a realidade dos autos, bem como de modo que as ferramentas do Sistema possam atuar de maneira correta, auxiliando no controle de prazos e progressões.



Conforme cediço, o sistema SEEU foi implementado no intuito de dirimir a quantidade de Processos de Execução Penal com penas vencidas, de modo que é voltado a progressão de regime e no controle de pena em meio aberto, semiaberto e fechado.

Trata-se de Sistema voltado ao auxílio e aperfeiçoamento de gestão das Unidades no que tange às Execuções Penais. No entanto, deve estar aliado à correta alimentação dos dados referentes às condições de cumprimento da pena e histórico do apenado.

Saliente-se que os informados acima refletem a situação da Unidade ao tempo da elaboração do Relatório e serão, cada vez mais fidedignos, de acordo com a quantidade de dados corretamente alimentados pelo sistema.

Paralisações nos Fluxos de Trabalho da Unidade - Comparativo em relação à Correição do ano anterior:

<i>Fluxo de Trabalho:</i>	<i>2023:</i>	<i>2024:</i>	<i>Comparativo:</i>
<i>Paralisados na Secretaria (Vara Criminal e Vara Criminal - Juizado Especial Criminal):</i>	132;	57;	↓ Redução em 56,82%, se comparado à Correição do ano anterior;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

<i>Bloco em andamento sem movimentação (Vara Criminal e Vara Criminal - Juizado Especial Criminal):</i>	09;	15;	↑ Aumento em 66,67%, se comparado à Correição do ano anterior;
<i>SEEU (Pendências de Incidências):</i>	05;	00;	↓ Redução em 100%, se comparado à Correição do ano anterior;
<i>Conclusos há mais de 100 dias (Vara Criminal e Juizado Especial Criminal):</i>	Não constava Processo conclusos há mais de 100 dias;	Não consta Processo concluso há mais de 100 dias;	⇔ Permanece sem incidência de Processos conclusos há mais de 100 dias.

Constatações: Comparando-se as paralisações constatadas no âmbito da Correição Geral Ordinária no ano de 2023, depreende-se **redução** no tocante aos Processos paralisados, bem como nas pendências de incidentes vencidos no SEEU.

Por outro lado, observou-se **aumento** no que pertine aos Blocos em andamento sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias.

No que pertine aos Processos Conclusos há mais de 100 (cem) dias, constatou-se que permanece sem incidência de feitos em tal condição.

Deste modo, recomenda-se que permaneça o monitoramento dos Fluxos há mais de 60 (sessenta) dias, bem como dos Blocos em andamento sem movimentação há mais de 60 (sessenta) dias.



7. DAS AUDIÊNCIAS:

De outra banda, consoante dispõe o artigo 21, XII, do Provimento nº 156/2023 do Conselho Nacional de Justiça, serão avaliadas por ocasião das Inspeções:

Art. 21 Os trabalhos de inspeção nas unidades judiciais de primeiro grau com competência criminal e Tribunal do Júri alcançarão, no que for aplicável, os aspectos listados no artigo anterior e os seguintes elementos: (...)

XII – o perfil da pauta de audiências, considerando processos com réu preso e réu solto; (...)

Neste contexto, em consulta ao Sistema de Automação do Judiciário, depreende-se a pauta que segue:

7.1. Vara Criminal:

Quantidade de Audiências designadas - Janeiro a Dezembro de 2023:	Quantidade de Audiências realizadas:
730 audiências designadas, sendo: <ul style="list-style-type: none">● 77 - Preliminar;● 28 - Sessão do Tribunal do Júri;● 164 - Custódia;● 75 - de Instrução;● 385 - de Instrução e Julgamento;● 01 - de Interrogatório.	559 audiências realizadas



Considerações: Assim, no período de Janeiro a Dezembro de 2023, a Unidade Judiciária, no Fluxo Criminal apresentou 730 (setecentos e trinta) Audiências Designadas, sendo que 559 (quinhentos e cinquenta e nove) se encontram com situação “*Realizada*”, representando 76,57% das Audiências pautadas para o período.

7.2. Vara Criminal – Juizado Especial:

Quantidade de Audiências designadas - Janeiro a Dezembro de 2023:	Quantidade de Audiências realizadas:
157 audiências designadas, sendo: <ul style="list-style-type: none">● 111 - Preliminar;● 01 - de Conciliação;● 39 - Instrução e Julgamento;● 06 - de Justificação.	93 audiências realizadas

Considerações: Assim, no período de Janeiro a Dezembro de 2023, a Unidade na Vara Criminal - Juizado Especial apresentou 157 (cento e cinquenta e sete) Audiências designadas, sendo que 93 (noventa e três) se encontram com situação “*Realizada*”, representando 59,23% das Audiências pautadas para o período.

● *Demais Recomendações concernentes às Audiências – Conforme Conselho Nacional de Justiça:*

- *Observância às Filas Ag. Designação de Audiências, de maneira a não constar processos paralisados;*
- *Observâncias as prioridades legais;*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

- *Recomendação consistente nas datas, de modo que não se tenha extenso lapso temporal para as respectivas realizações;*
- *Emissão de certidão quando da designação de Audiências;*
- *Movimentação dos processos que constam na Fila "Ag. Realização de Audiências", de modo a proceder transição para a fila específica tão logo encerrada a Audiência.*

Audiências realizadas:

Durante o período em que a Unidade foi Correccionada virtualmente por esta Corregedoria Geral da Justiça, obteve-se os seguintes dados acerca das Audiências realizadas:

- *Comparativo em relação ao ano anterior:*

<i>Audiências realizadas:</i>		
<i>Ano:</i>	<i>Quantitativo:</i>	<i>Comparativo:</i>
<i>2022: 565 Audiências;</i>	<i>2023: 652 Audiências;</i>	<i>↑ Aumento em 87 Audiências - 15,40%, se comparado ao ano anterior;</i>
<i>2023 - Janeiro a Julho: 378 Audiências;</i>	<i>2024 - Janeiro a Julho: 374 Audiências;</i>	<i>↓ Redução em 04 Audiências - 1,06%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.</i>



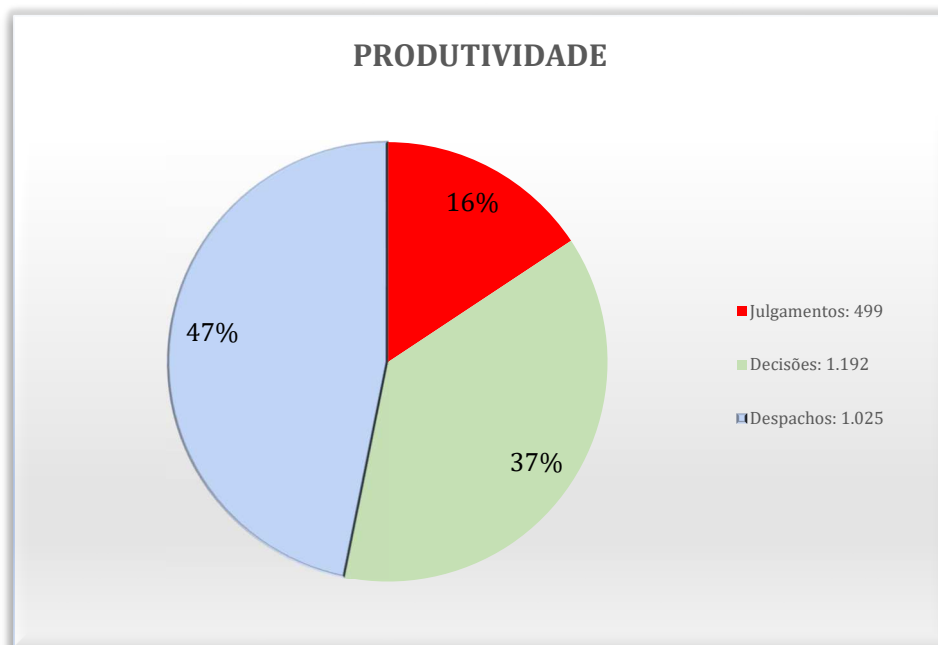
● **Constatações:** Denota-se que, comparando os respectivos períodos de 2022 e 2023, a Unidade **aumentou** o quantitativo de Audiências realizadas. De outra banda, **apresenta redução** no quantitativo de Audiências realizadas em relação ao mesmo período de 2023.

● Recomenda-se que se intensifique o monitoramento interno para fins de obstar paralisações e, por conseguinte, morosidade processual nas filas Aguardando Designação de Audiências.

PRODUTIVIDADE - Dados Gerais:

Durante o período em que a Unidade foi Correccionada virtualmente por esta Corregedoria Geral da Justiça, observou-se a seguinte produtividade:

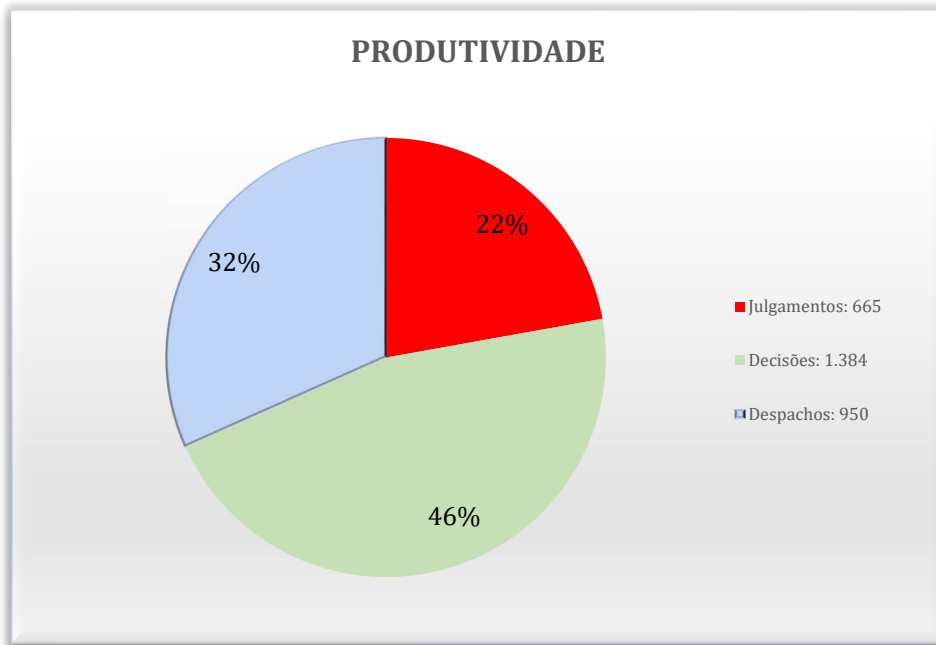
● *Janeiro a Dezembro de 2022:*



*Dados extraídos do SAJ e SEEU.



● *Janeiro a Dezembro de 2023:*



**Dados extraídos do SAJ e SEEU.*

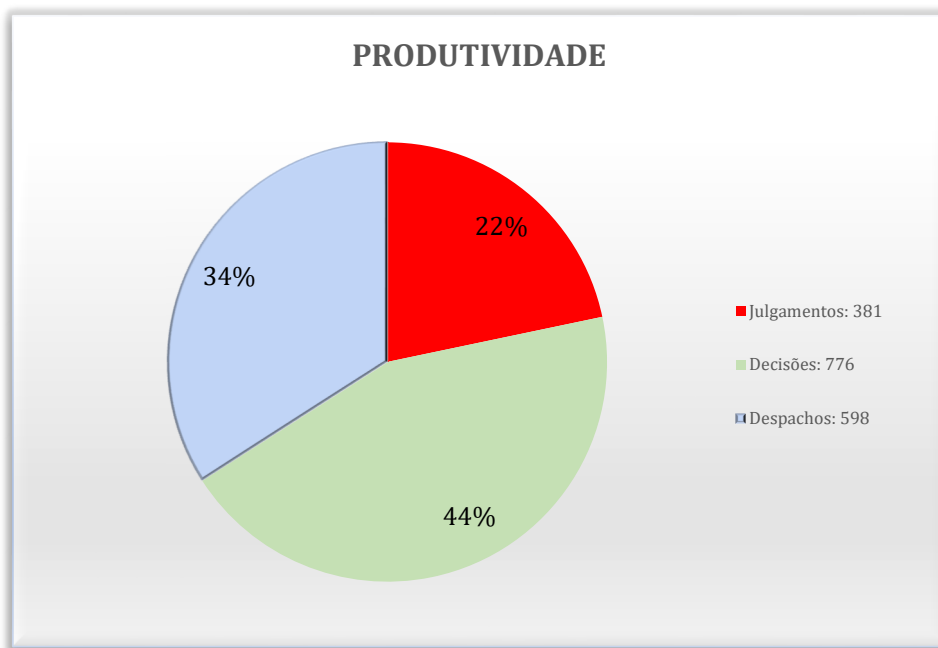
● *Comparativo em relação ao período anterior:*

Ato:	2022:	2023:	Comparativo:
Sentenças:	499;	665;	↑ Aumento em 33,27%, se comparado ao ano anterior;
Decisões:	1.192;	1.384;	↑ Aumento em 16,11%, se comparado ao ano anterior;
Despachos:	1.025;	950;	↓ Redução em 7,32%, se comparado ao ano anterior.



Constatações: Depreende-se que no ano de 2023, se comparado ao ano anterior, a Unidade apresentou **aumento da Produtividade no que pertine às Sentenças e Decisões, ao passo que apresentou redução nos Despachos.**

● **Janeiro a Julho de 2024:**



*Dados extraídos do SAJ e SEEU.

● **Comparativo em relação ao período anterior:**

Ato:	2023 - Janeiro a Julho:	2024 - Janeiro a Julho:	Comparativo:
Sentenças:	424;	381;	↓ Redução em 10,14%, se comparado ao mesmo período do ano anterior;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Decisões:	810;	776;	↓ Redução em 4,20%, se comparado ao mesmo período do ano anterior;
Despachos:	542;	598;	↑ Aumento em 10,33%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Constatações: Outrossim, concernente ao período analisado de 2024, deduz-se **redução da Produtividade no que pertine às Sentenças e Decisões.**

No que concerne aos **Despachos**, constatou-se **aumento** no quantitativo em relação a igual período de 2023.

Deste modo, recomenda-se que se potencialize os Atos do Magistrado, notadamente no que pertine à prolação de Sentenças, considerando o impacto do Ato processual supramencionado, especialmente para fins de cumprimento das Metas Nacionais.

Produção dos Servidores no período pesquisado:

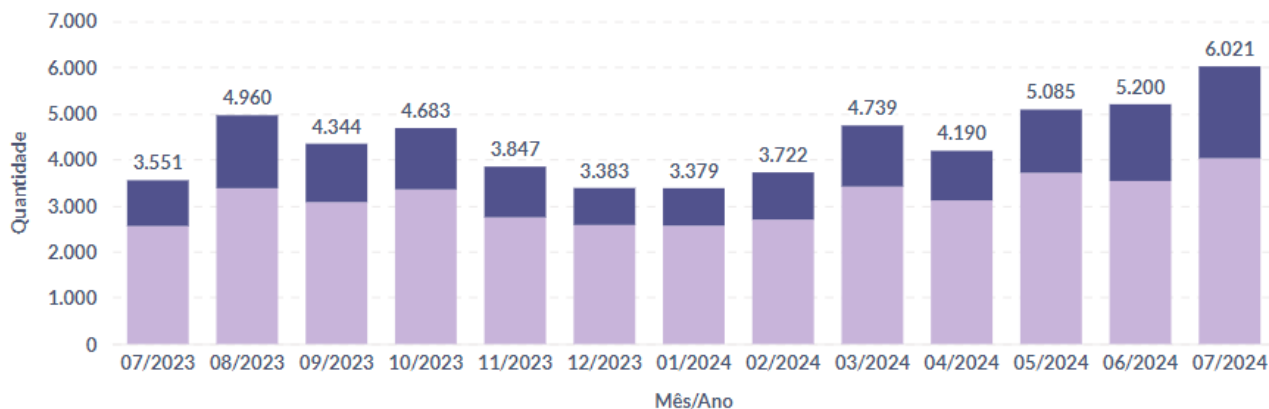
No que tange à Produção por Servidores, no período de 12 (doze) meses, por meio de acesso ao endereço eletrônico Diagnóstico da unidade · Dashboard · Metabase (tjac.jus.br), depreende-se documentos produzidos e movimentações realizadas pelos Servidores:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

📄 👤 Produção dos servidores

● Documento Produzido ● Movimentação Realizada



Presos Provisórios:

De acordo com o Sistema de Automação Judiciária - SAJ/EST, a Unidade Judiciária apresenta o total de **49 (quarenta e nove)** processos nos quais constam Presos Provisórios.

Por outro lado, em consulta ao endereço eletrônico <https://coger.tjac.jus.br/metabase/>, depreende-se que no dia 30 de julho de 2024, constam 05 (cinco) processos com presos provisórios há mais de 91 dias, sem que contenham emissão de atos do Magistrado, conforme segue:

PROCESSO	PRISAO	TIPO_PRISAO
00003605820248010011	17/4/2024	Preventiva
00004965520248010011	17/4/2024	Preventiva
00008796720238010011	12/4/2024	Sentença de pronúncia
00002757220248010011	30/4/2024	Preventiva
00003605820248010011	17/4/2024	Preventiva

Imperioso acrescentar que o Procedimento concernente às prisões preventivas pendentes de reavaliação, por meio dos autos SEI nº 0000327-04.2024.8.01.000, de modo que recomenda-se que a Unidade adote as devidas providências, bem como apresente as respectivas respostas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

No tocante aos relatórios de réus presos, convém frisar acerca da importância da correta alimentação do histórico de partes, uma vez que a desatualização dos mesmos refletirá na emissão de relatórios que não corresponde à realidade dos feitos.

Força de Trabalho:

➤ **QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SENA MADUREIRA:**

A composição do quadro de Servidores lotados na Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira é a seguinte:

VARA CRIMINAL			
Nome	Cargo Efetivo	Quadro	Cargo Comissionado
Silni Rogéria Farias Figueiredo	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Diretor de Secretaria
Flávia Magno Fernandes		Provimento em Comissão	Assessor de Juiz
Ana Cláudia da Silva Araújo	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança - Supervisor Administrativo
Maria da Conceição Costa da Silva	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança - Assistente de Juiz
Francisco Cordeiro Ribeiro	Analista Judiciário/Técnico Judiciário	Efetivo	Função de Confiança - Assistente de Juiz
Fanine Costa Campelo	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança - Assistente de Juiz
Oldair da Cruz Almeida	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança FC3-PJ, para atuarem como Assistente de Juiz da Assessoria Jurídica Virtual. 3 de Junho até 31 de Julho do corrente ano
Luceni da Silva Lima	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança FC3-PJ, para atuar como Assistente de Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco deste Tribunal
Mauricéia Araújo de Lima	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança FC2-PJ, da Assessoria Jurídica Virtual ASVIR, destinada à supervisão ou realização direta de atividades nos processos de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

			trabalho realizados nos Serviços Auxiliares à Jurisdição nas Comarcas.
Francisca Lania de Souza Rodrigues	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	
Milton Paulo Fernandes de Lima	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	
Livio Passos dos Santos		Voluntário	

ANA CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO DA SUBSECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE SENA MADUREIRA.

Dotação de pessoal nos termos da Resolução nº 15, do Conselho da Justiça Estadual-COJUS, de 21 de novembro de 2014:

VARA CRIMINAL	
Unidade Organizacional	Quantitativo de cargos comissionados, funções de confiança e efetivos
Gabinete de Juiz	1 (um) ...Assessor de Juiz (CJ5) 3 (três)...Assistentes de Juiz (FC3) - preferencialmente analistas judiciários - área judiciária (Direito)
Secretaria de Vara	1 (um)....Diretor de Secretaria (CJ5) 1 (um)....Supervisor Administrativo (FC3) para supervisão dos processos de trabalho da Subsecretaria do Juizado Especial Criminal 10 (dez).Servidores efetivos (preferencialmente oito técnicos judiciários e dois analistas judiciários - área judiciária) 4 (quatro) ..Estagiários (preferencialmente em Direito)
Conciliação e Mediação	2(dois)..Conciliadores

TABELA COMPARATIVA		
Especificação	Resolução Nº 15/2014	Lotação atual
Assessor de Juiz	01	01
Assistentes de Juiz	03	03
Diretor de Secretaria	01	01
Supervisor Administrativo	01	01
Servidores efetivos	10	05
Estagiários	04	-
Conciliadores	02	-
Voluntário	-	01

***Observação:**

Analisando-se a Informação apresentada pela DIPES, deduz-se que fora informado na Lotação os Servidores Oldair da Cruz Almeida e Milton Paulo Fernandes de Lima, bem como o Voluntário Livio Passos dos Santos, ao passo que estes não constam no Formulário preenchido pela Unidade.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Por outro lado, deduz-se que constam no Formulário da Unidade os Servidores Luceni da Silva Lima e Mauricéia Araújo de Lima.

No entanto, infere-se dos Informes DIPES, que o Servidor Luceni da Silva Lima fora informado com Função de Confiança FC3-PJ, para atuar como Assistente de Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco.

Ademais, na informação apresentada pela DIPES, a Servidora Mauricéia Araújo de Lima consta com Função de Confiança FC2-PJ, da Assessoria Jurídica Virtual ASVIR, destinada à supervisão ou realização direta de atividades nos processos de trabalho realizados nos Serviços Auxiliares à Jurisdição nas Comarcas.

Deste modo, para a eventualidade de inconsistências nos dados informados pela DIPES, sugere-se que a Unidade Judiciária adote providências direcionadas àquele setor, requerendo que sejam sanadas as eventuais incorreções nas anotações concernentes ao Quadro de Servidores.

Conclusão: O Quadro de Servidores da Vara Criminal da Comarca de Sena Madureira não atende à Resolução nº 15/2014.

Conforme aponta a tabela comparativa na Vara Criminal há o *déficit* de 05 Servidores Efetivos, 04 Estagiários e 02 Conciliadores.

Destaca-se a existência de 01 Voluntário, além do quantitativo previsto na Resolução.



**RESPOSTA COM RELAÇÃO ÀS DEMANDAS APRESENTADAS NA
CORREIÇÃO DE 2023:**

No que concerne aos pedidos formulados pela Unidade na Correição referente ao ano de 2023, procedeu-se a instauração do SEI nº 0005292-59.2023.8.01.0000, encaminhando-se à Presidência deste Tribunal e, posteriormente, enviado às Diretorias competentes para, dentro das suas possibilidades orçamentárias e de Dotação deste Poder Judiciário, adotarem as devidas providências.

Deste modo, na eventualidade de interesse no acompanhamento das respostas às demandas apresentadas, orienta-se que Unidade proceda acesso ao procedimento supramencionado.

Não obtendo êxito na consulta, poderá solicitar acesso à esta Corregedoria, ocasião em que se procederá remessa aos Fluxos da Unidade.

RECOMENDAÇÕES

Procedimentos de Fiscalização desta Corregedoria:

Aguardando elaboração de Processo de Execução Criminal - PEC:

Consiste em Procedimento instaurado nos moldes da Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Provimento nº 16/2016 da Corregedoria-Geral da Justiça.

Desta feita, a Unidade deverá providenciar ao cadastramento dos Processos de Execução Penal, de modo que esta Gerência fiscalizará mensalmente os seguintes itens em Procedimento Eletrônico instaurado para tal finalidade:

- Processos paralisados na fila “*Aguardando Criação de PEC*”.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Audiências de Custódia e inserção no Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC:

“O Sistema de Audiência de Custódia – SISTAC, concebido pelo Conselho Nacional de Justiça, foi desenvolvido com a finalidade de gerar o (i) registro das audiências de custódia e a (ii) produção das atas resultantes desse ato (<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/audiencia-de-custodia/sistac/>)”.

Nesse contexto, a Gerência de Fiscalização Judicial, fiscalizará mensalmente:

● Os dados constantes no SAJ e àqueles registrados no SISTAC, considerando pendentes quando forem constatadas divergências entre os registros no SAJ e no âmbito do SISTAC.

Deste modo, as Unidades deverão adotar as providências necessárias, visando o saneamento das divergências apontadas.

Recomendação nº 66/2009 do Conselho Nacional de Justiça (Presos Provisórios):

Trata-se de Procedimento destinado à Fiscalização concernente aos Processos/Inquéritos paralisados há mais de 90 (noventa) dias.

Desta feita, serão fiscalizados:

● Processos/Inquéritos relativos a Presos Provisórios paralisados por período superior a 90 (noventa) dias.

Diante do exposto, se procederá remessa do Procedimento às Unidades Judiciárias, de modo que estas adotem as providências pertinentes, assim como manifestem-se nos autos da Fiscalização.



Presos Provisórios mais de 91 (noventa e um) dias:

Consiste em procedimento destinado à identificação dos feitos que contenham presos provisórios há mais de 91 (noventa e um) dias e que não constam com emissão de Ato do Magistrado no período avaliado.

Assim, os autos do Procedimento serão encaminhados às Unidades Judiciárias, de modo que estas adotem as providências no que tange aos atos de reavaliação, bem como manifestem-se nos autos da Fiscalização.

Processos Aguardando Designação de Audiências (varas criminais):

O procedimento versa acerca dos Processos que se encontram “Aguardando Designação de Audiência” e “Aguardando Designação de Júri” há mais de 60 dias e mais de 100 dias.

Nesse contexto, consistirá em Fiscalização:

● Na qual se extraem Relatórios para fins de identificação dos Processos em que se encontram aguardando Designação de Audiências Criminais, há mais de 60 dias, bem como de 100 dias.

As Unidades deverão proceder as devidas providências, bem como informá-las nos autos da Fiscalização.

Tabelas Processuais Unificadas - Movimentação em Desacordo com o Procedimento (Interceptação Telefônica):

Trata-se de Procedimento que objetiva a fiscalização da correta aplicabilidade das Tabelas Processuais Unificadas, em atendimento ao artigo 8º da Resolução 331/2020 do Conselho Nacional de Justiça, atinente à “Correta Movimentação nos Processos de Interceptações Telefônicas”.

Desta feita, a Gerência fiscalizará acerca do uso do código específico



no tocante às Determinações de Interceptações Telefônicas.

Nesse contexto, em Relatórios extraídos por meio do SAJ/EST, se verificará no que tange as movimentações aplicadas, em Procedimento instaurado para tal finalidade.

Uma vez identificadas as Unidades Judiciárias, se procederá remessa do Procedimento Eletrônico para fins de providências e Manifestações.

Alimentação do Histórico de Partes (Presos Provisórios):

Trata-se de Procedimento atinente à Fiscalização da correta alimentação do Histórico de Partes em que figuram Presos Provisórios, uma vez que o devido cadastro na aba “*Histórico de Partes*”, visa identificar a realidade Processual, e por conseguinte dos feitos em trâmite na Unidade Judiciária.

Deste modo, a Gerência procederá:

● Análise individualizada dos feitos, ocasião em que se verificará acerca do correto cadastramento do “*Histórico de Partes*”.

Imperioso salientar que o Histórico de Partes deverá ser corretamente alimentado, observando-se inclusive o termo final de prisão, uma vez que a inobservância poderá desencadear prisões em aberto, quando na verdade, já ocorreu a liberdade de fato.

SAJ/EST - PROCESSOS MIGRADOS PARA O SEEU:

As Unidades necessitam atualizar e regularizar no SAJ/EST os subfluxos – “Execução Penal - Processos” e “Execuções de Penas e Medidas Alternativas - Processos”, tendo em vista que em consulta ao sistema SAJ/EST, foram localizados processos com a situação “Migrado”, que ainda continuam em andamento na Unidade, o que não é a situação ideal, devendo todos os processos que foram migrados constarem na fila de trabalho “Processos Migrados para SEEU”. Assim, a Unidade deverá reprocessar as filas mencionadas



para que não constem processos inconsistentes, e que todos os processos presentes nas filas sejam apenas aqueles que não devam tramitar no novo Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU.

Tabelas Processuais Unificadas – Excesso de Classe com Registro de Petição, Sem a Devida Retificação:

A Fiscalização destina-se a correta aplicabilidade das Tabelas Processuais Unificadas, em atendimento ao artigo 8º da Resolução 331/2020, do Conselho Nacional de Justiça, atinente ao *“Excesso de Classe com registro de Petição sem a devida retificação para o procedimento adequado”*.

Considerando o exposto, ao se verificar que o feito se encontra cadastrado com Classe genérica, quando em verdade, o Sistema de Automação fornece a específica, a Unidade será instada para proceder a devida correção e Manifestação nos autos da Fiscalização.

Correção Realizada pelos Magistrados de 1º Grau:

Consiste em Procedimento destinado à fiscalizar no que pertine ao cumprimento dos termos do art. 6º, Provimento COGER nº 16/2016, o qual assim preleciona:

“O Juiz de Direito Titular de unidade judicial ou magistrado que estiver respondendo por unidade vaga deverá, uma vez por ano, realização correção ordinária do Ofício Judicial pelo qual responde, bem como correções extraordinárias sempre que resputar necessário e conveniente”.

Deste modo, as Unidades deverão informar nos autos da Fiscalização, acerca do respectivo calendário da Correção a ser realizada pelo Magistrado no âmbito da Unidade, indicando expressamente as datas.

No período designado, a Correção deverá ser realizada nos moldes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

do artigo 6º do Provimento 16/2016, avaliando-se os itens especificados no referido Ato Normativo.

Assim, uma vez finalizado, o Relatório deverá ser juntado aos autos do Procedimento Eletrônico em trâmite perante esta Corregedoria, para fins de acompanhamento das Correções realizadas pelos Magistrados de 1º Grau.

Monitoramento de processos - Mandados Ag. Distribuição:

Trata-se de Procedimento instaurado, no qual por meio de acesso ao SAJ/PG5, consulta de Mandados, verifica-se acerca de Processos que constam com situação “*Aguardando distribuição*”, e que em grande parte se referem a Mandados emitidos em anos anteriores, bem como com o respectivo cumprimento. No entanto, por ausência de movimentação ou inconsistência do Sistema, permanecem na condição “*Aguardando distribuição*”.

Deste modo, as Unidades deverão proceder com a respectiva movimentação, ou em caso da impossibilidade de saneamento pela própria Unidade em decorrência de incongruências do Sistema, **sugere-se que seja efetuada solicitação via GLPI - Destinada à DITEC**, buscando as devidas correções, as quais deverão ser acompanhadas pelas respectivas Unidades Judiciárias até que estejam efetivamente sanadas.

Processos na Fila de Baixados com situação diferente:

Consiste em Procedimento instaurado para fins de acompanhamento referente aos Processos que constam na fila “*Baixados com situação diferente*”.

Neste contexto, por meio de acesso a base de dados do SAJ, a Gerência de Fiscalização Judicial verifica acerca da existência de Processos em tal condição, de modo que encaminha a Relação de feitos às respectivas Unidades Judiciárias.

Assim, as Unidades deverão providenciar a correção, ou em caso de inconsistência do Sistema, efetuar solicitação via GLPI - Destinada à DITEC, objetivando o



saneamento.

Ademais, deverão apresentar a respectiva Manifestação acerca das providências adotadas, informando nos autos da Fiscalização.

Fila “Cadastro distribuição - Processo + 30 dias”:

Consiste em Procedimento por meio do qual, se procederá análise de Processos pendentes de distribuição há mais de 30 dias.

Diante do exposto, por meio de consultas ao Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/EST, verifica-se no Gerencial de todas as Unidades Judiciárias do Estado do Acre, os Processos constantes há mais de 30 (trinta) dias no Fluxo “Cadastro e Distribuição – Processo”.

Deste modo, em Procedimento Eletrônico específico, a Gerência de Fiscalização Judicial fiscalizará acerca da permanência de feitos em supramencionado Fluxo, por período superior a 30 (trinta) dias.

Nesta senda, uma vez identificadas as Unidades, os autos da Fiscalização serão remetidos para fins de adoção das providências e saneamentos devidos.

Outrossim, imperioso que a Unidade manifeste-se nos autos do Procedimento acerca das medidas adotadas.

Acompanhamento - Audiências - Situação Designada:

Trata-se de procedimento instaurado para fins de orientação e acompanhamento atinente às Audiências que constam na condição de “Designadas”, sem contudo, se proceder a respectiva movimentação após sua realização ou cancelamento.

Nesse ínterim, a Gerência procederá a emissão de Relatórios buscando identificar os feitos em que constam com Audiências na situação “Designada”, no



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

entanto, após efetivação do Ato, não se procedeu a devida movimentação na Pauta, mantendo-se a condição “*Pendente*” no tocante a realização.

Deste modo, objetiva-se orientar às Unidades acerca da correta atualização para “*Realizada*”, “*Não realizada*”, “*Cancelada*”, “*Redesignada*”, bem como demais situações apontadas, a depender do Ato realizado.

Nesta senda, uma vez identificadas as Unidades, os autos da Fiscalização serão remetidos para fins de movimentação na pauta, bem como demais providências pertinentes.

Processos Concluídos há mais de 100 dias:

Consiste em procedimento com a finalidade de fiscalizar os processos concluídos há mais de 100 (cem) dias e/ou há mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nas Unidades Judiciárias de 1º Grau.

Assim, por meio de consultas ao Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/EST, verifica-se no ‘Relatórios - Processos Concluídos’ de todas as Unidades Judiciárias do Estado do Acre, os processos concluídos há mais de 100 (cem) dias e/ou há mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Deste modo, em Procedimento Eletrônico específico, uma vez identificadas as Unidades, os autos da Fiscalização serão remetidos para fins de adoção das providências pertinentes.

Processos na Fila de Trabalho “Ag. Realização de Audiência” sem a devida movimentação:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Consiste em Procedimento para fins de orientação e acompanhamento atinente aos Processos que se encontram na Fila de Trabalho "Ag. Realização de Audiência", sem a devida movimentação.

Deste modo, a Gerência procederá a consultas por meio do endereço eletrônico <https://coger.tjac.jus.br/metabase/auth/login?redirect=%2F>, utilizando-se como parâmetros as Filas de Trabalho "Ag. Realização de Audiência", "Ag. Audiência de Oitiva", "Ag. Audiência de Instrução e Julgamento", "Ag. Audiência de Benefício", "Ag. Audiência de Conciliação", "Ag. Audiência de Interrogatório", "Ag. Realização de Audiência Cartório", "Ag. Realização de Audiência de justificação" e "CEJUSC - Ag. Realização de audiência".

Deste modo, objetiva-se orientar às Unidades no sentido de que nas Filas de Trabalho supramencionadas constem apenas os Processos que estejam com Audiências designadas.

Nesta senda, uma vez identificadas as Unidades, os autos da Fiscalização serão remetidos para para fins de adoção das providências pertinentes.

RECOMENDAÇÕES

Normativos do CNJ:

Provimento nº 156/2023

Das Inspeções e Correções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça

Recomenda-se constante monitoramento no tocante aos Fluxos processuais da Unidade, destacando-se itens dispostos no artigo 21, do Provimento nº 156/2023, do Conselho Nacional de Justiça, sendo o qual, no tocante às Unidades



com competência Criminal, se procederá avaliação dos seguintes elementos por ocasião das respectivas Inspeções:

Art. 21 Os trabalhos de inspeção nas unidades judiciais de primeiro grau com competência criminal e Tribunal do Júri alcançarão, no que for aplicável, os aspectos listados no artigo anterior e os seguintes elementos:

- I – o controle e sinalização de processos com réu preso;*
- II – o controle de prazo prescricional, com observância da Resolução CNJ n. 112/2010;*
- III – a realização de audiências de custódia, com observância da Resolução CNJ n. 213/2015;*
- IV – a correta alimentação do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – BNMP, com observância da aposição de informações obrigatórias, dos prazos referentes a mandados de prisão, alvarás de soltura e mandados de desinternação, bem como seu cumprimento, conforme Resolução CNJ n. 417/2021;*
- V – a expedição de guias de recolhimento, com observância da Resolução CNJ n. 113/2010; VI – o controle do depósito e da destinação de armas de fogo e munições apreendidas, com observância da Resolução CNJ n. 134/2011;*
- VII – o cumprimento da Resolução CNJ n. 369/2021, dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal e da decisão proferida pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCsns. 143.641/SP e 165.704/DF, quanto à substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência;*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

VIII – a observância da Resolução CNJ n. 287/2019, quanto ao tratamento dispensado a acusados, réus e condenados indígenas;

IX – a observância da Resolução CNJ n. 348/2020, quanto ao tratamento dispensado a acusados, réus e condenados pertencentes à população LGBTQIA+;

X – o cumprimento da Resolução CNJ n. 414/2021, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, acerca das diretrizes e dos quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;

XI – o controle de prazos de vencimento de benefícios penais;

XII – o perfil da pauta de audiências, considerando processos com réu preso e réu solto;

XIII – o controle dos prazos para a revisão de prisões preventivas (art. 316 do Código de Processo Penal);

XIV – as providências adotadas para movimentação de processos suspensos com fundamento no art. 366 do Código de Processo Penal;

XV – as sentenças de pronúncia, impronúncia e absolvição sumária, ao término da primeira fase em processos de competência do Tribunal do Júri;

XVI – as sessões plenárias do Tribunal do Júri realizadas, designadas e aguardando designação;

XVII – a existência de ações e projetos específicos de atendimento à mulher vítima de tentativa de feminicídio.



Movimentação Processual:

No que pertine à movimentação processual, imperioso salientar acerca da implementação das Tabelas Processuais Unificadas ao Sistema de Automação da Justiça – SAJ.

Desta feita, por meio da Resolução nº 46 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de Dezembro de 2007, tornou-se obrigatória a observância de supramencionada Tabela no lançamento das movimentações processuais de acordo com o Ato Judicial, não devendo ser utilizadas movimentações genéricas, de forma que o extrato processual reflita a real situação dos feitos.

Deste modo, com a finalidade de padronizar e uniformizar a terminologia das movimentações processuais, à vista do comando emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 46/2007), as Tabelas Processuais unificadas devem ser observadas tanto para os atos do Magistrado, como para os praticados pela Secretaria da Unidade Judiciária.

Uso das Filas de Trabalho:

Imperioso salientar que na hipótese de existir processos em filas que não correspondem à última movimentação nos autos, ainda que a fila de trabalho e movimentação processual sejam duas situações distintas, é necessário haver uma coesão visando um melhor gerenciamento dos autos.

Assim, recomenda-se que as filas de trabalho estejam de acordo com a situação processual na forma mais alinhada possível.

Destarte, identificadas movimentações errôneas no SAJ, imprescindível efetuar as devidas correções, com o fito de não embarçar e descaracterizar a situação real dos autos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Em havendo processos na fila “*Aguardando Designação de Audiência*”, cuja data da audiência já fora destacada com a expedição e cumprimento do respectivo Mandado Judicial, recomenda-se que tais feitos sejam movidos para a fila “*Aguardando Realização de Audiência*”.

No tocante àqueles processos que aguardam a designação ou a realização de Audiência para data longínqua, recomenda-se que a expedição e remessa do respectivo Mandado à CEMAN ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em observância ao Provimento COGER nº 16/2016, evitando-se, dessa forma, que os Mandados sejam incluídos nos Plantões Judiciais, fato que onera o Poder Judiciário.

A Secretaria deverá, ainda, adotar providências tendentes ao impulso dos feitos paralisados nas respectivas filas há mais de 60 (sessenta) dias.

Ademais, importa requestar esforços da Unidade Judiciária no monitoramento e averiguação constante e permanente das filas que aguardam decurso de prazo, de forma que não haja paralisação de processos nas filas causando morosidade desnecessária no andamento dos autos.

Dos Processos Suspensos:

Noutro ponto, há de se destacar termos do artigo 21, XIV, do Provimento nº 154/2023 do Conselho Nacional de Justiça, segundo o qual, se procederá avaliação no tocante “*as providências adotadas para movimentação de processos suspensos com fundamento no art. 366 do Código de Processo Penal*”.

Desta feita, recomenda-se monitoramento dos processos suspensos, de maneira que sejam reativados tão logo encerrado o período de suspensão.



Correto uso das Tarjas identificadoras:

Em consonância com a dicção do artigo 71 do Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003), que assegura a "*prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância*", depreende-se que a deflagração de ações voltadas ao cumprimento da mencionada norma é relevante e impreterível.

Os processos em que figuram partes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e que por isso devem conter a tarja de identificação no sistema SAJ, devem tramitar prioritariamente em todas as fases processuais, tanto no âmbito do gabinete do Magistrado, quanto no cumprimento das diligências pela Secretaria.

Ademais, recomenda-se que, afora o exposto, se proceda a identificação dos demais feitos que contenham tarjas específicas, uma vez que otimizará a organização interna da Unidade, bem como possibilitará eventuais levantamentos estatísticos.

Das Pessoas em situação de rua

Resolução nº 425/2021 do Conselho Nacional de Justiça:

De outra banda, há de se destacar os moldes da Resolução nº 425/2021, do Conselho Nacional de Justiça, a qual, dentre termos comandos, assim dispõe:

(...) Art. 5º As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, não podendo constituir óbice de acesso às unidades judiciárias e ao atendimento humanizado e personalizado:

I – vestimenta e condições de higiene pessoal;



II – identificação civil;

III – comprovante de residência;

IV – documentos que alicercem o seu direito; e

V – o não acompanhamento por responsável em caso de crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento às pessoas em situação de rua independe de prévio agendamento, com atendimento preliminar, a fim de oportunizar o exercício do direito, atentando-se que a situação de rua enseja a hipótese legal de isenção de cobrança de quaisquer custas e despesas processuais, com a prestação de informações e resolução de entraves para o efetivo acesso à justiça.

§2º Deverá ser observado atendimento humanizado e personalizado às pessoas em situação de rua, de acordo com o regular fluxo de segurança de acesso às dependências físicas dos prédios da Justiça, observadas as especificidades desta Resolução. (...)

Tratamento das pessoas indígenas

Resolução nº 287/2021 do Conselho Nacional de Justiça:

De outra banda, recomenda-se observância aos termos da Resolução nº 287/2019, a qual preleciona acerca dos procedimentos no tocante ao “***tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário***”.

Nesse ínterim, colaciona-se moldes do Art. 3º e 4º, da Resolução nº 287/2019:

Art. 3º O reconhecimento da pessoa como indígena se dará por meio da autodeclaração, que poderá ser manifestada em qualquer fase do processo criminal ou na audiência de custódia.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

§ 1º Diante de indícios ou informações de que a pessoa trazida a juízo seja indígena, a autoridade judicial deverá cientificá-la da possibilidade de autodeclaração, e informá-la das garantias decorrentes dessa condição, previstas nesta Resolução.

§ 2º Em caso de autodeclaração como indígena, a autoridade judicial deverá indagar acerca da etnia, da língua falada e do grau de conhecimento da língua portuguesa.

§ 3º Diante da identificação de pessoa indígena prevista neste artigo, as cópias dos autos do processo deverão ser encaminhadas à regional da Fundação Nacional do Índio - Funai mais próxima em até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 4º A identificação da pessoa como indígena, bem como informações acerca de sua etnia e língua por ela falada, deverão constar no registro de todos os atos processuais.

Recomendação 15/2014 - Crimes de Abuso e Exploração Sexual, Torturas e Maus-Tratos de Crianças e Adolescentes:

Consiste em Procedimento no qual a Gerência de Fiscalização Judicial - GEFIJ, fiscalizará acerca dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura e maus-tratos de crianças e adolescentes, analisando-se individualmente cada Ação, com o escopo de verificar incidência de morosidade injustificada.

Assim, analisar-se-á:

● Processos com tramitação há mais de 12 (doze) meses, paralisados há mais de 30 (trinta) dias, bem como que não constam com a tarja de identificação atinente à Recomendação nº 15 - CNJ.

Desta feita, se procederá remessa do Procedimento às Unidades Judiciárias, de modo que estas adotem as providências pertinentes, assim como manifestem-se nos autos da Fiscalização.



Ademais, orienta-se que cada Unidade mantenha constante monitoramento interno acerca do correto uso das tarjas de identificação, bem como a observância ao tempo de tramitação, e ainda obstando que tais feitos permaneçam paralisados por mais de 30 dias.

DAS CARTAS PRECATÓRIAS E ROGATÓRIAS
Provimento COGER nº 19/2021:

A Unidade deverá atentar-se às mudanças no procedimento das Cartas Precatórias e Rogatórias, de acordo com as atualizações normativas operadas pelo Provimento nº 19/2021, de 01 de Outubro de 2021, o qual alterou a redação dos artigos 268, 269, e 278, todos do Provimento COGER nº 16/2016 (Código de Normas dos Serviços Judiciais).

Nesta senda, tem-se dicção do artigo 1º, constante do Provimento COGER nº 19/2021:

(...)

Art. 1º O Código de Normas dos Serviços Judiciais (Provimento Nº 16, de 30 de agosto de 2016) passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 268

§ 2º As cartas precatórias, de ordem, e rogatórias expedidas nos processos eletrônicos serão remetidas ao juízo deprecado/ordenado/rogado pelas Unidades Judiciais, ao setor de Registro e Distribuição competente para o seu processamento, exclusivamente, mediante peticionamento eletrônico por meio do portal e-SAJ, com a utilização da ferramenta existente no sistema, observando-se as cautelas previstas nos artigos 264 e 265, ambos do Código de Processo Civil e artigos 354 e 356, ambos do Código de Processo Penal, bem como seguir aos procedimentos constantes do Manual de Peticionamento de Carta Precatória e-SAJ, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

“Art. 269

§ 1º *Em relação às cartas de ordem recebidas da instância local e de outras instâncias, deverão ser distribuídas por Malote digital, cabendo ao Distribuidor a digitalização e encaminhamento à unidade competente para processá-las.*

§ 2º *Em relação às cartas rogatórias recebidas de outros países, em meio físico, serão cadastradas pelo Distribuidor, que preencherá todos os dados no sistema, digitalizará, validará e liberará as peças à unidade competente para processá-las.*

§ 3º *As cartas e documentos que as instruem, depois de digitalizadas, serão descartadas, exceto os documentos originais que deverão ser devolvidos ao juízo de origem.”*

.....

“Art. 278. *Na hipótese de cartas precatórias expedidas para outros Tribunais, independentemente da parte interessada ser beneficiária da justiça gratuita ou não, o encaminhamento da respectiva carta fica a cargo da unidade judicial e será remetida de acordo com o procedimento adotado pela unidade de destino.*

Parágrafo único. *O disposto no caput deste artigo não isenta a parte não beneficiária da assistência judiciária gratuita do pagamento das custas referentes à expedição da respectiva carta precatória.” (...)*

Data e Assinatura Eletrônica.

Desembargador Samoel Evangelista
Corregedor-Geral da Justiça